



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.013/2026** **PROCESSO DE COMPRA Nº 16/2026**

Torna-se público que a Câmara Municipal de Cubatão realizará licitação, na modalidade **pregão**, na **forma eletrônica**, com critério de julgamento por **menor preço**, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização da Câmara Municipal de Cubatão, com elaboração, implantação e execução do PMOC, fornecimento de materiais de consumo, mão de obra, ferramentas e insumos necessários, relatórios mensais e 2 (duas) análises anuais de avaliação da qualidade do ar interior, cabendo à Administração o fornecimento das peças, acessórios e componentes destinados às manutenções corretivas**, conforme descrito neste Edital e anexos.

1.2. A licitação será realizada em **único item**.

1.3. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e em seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O orçamento estimado da presente contratação **não será** de caráter sigiloso.

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para o presente certame, a participação será aberta à ampla concorrência, assegurado o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos limites e condições previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, e no art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.5.1. Não se aplica, no presente certame, a realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista que o valor estimado do item é superior ao limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, c/c art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.5.2. A obtenção dos benefícios previstos na legislação aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte fica condicionada à observância do disposto no § 2º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo o licitante, quando exigido, declarar que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

2.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Câmara Municipal de Cubatão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Câmara Municipal de Cubatão, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.7. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4. e 2.6.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.4. e 2.6.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da contratada a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei Federal nº 12.546/2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei Federal nº 14.973/2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

3.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei Federal nº 12.546/2011, com a redação dada pela Lei Federal nº 14.973/2024.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.6.1. A assinalação do campo 'não' não impedirá o prosseguimento no certame, sem prejuízo de o licitante deixar de usufruir, quando cabíveis, os benefícios do tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

3.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica:

- 3.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 3.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 3.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 3.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 3.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 3.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 3.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 3.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 3.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calandário anteriores;
- 3.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 3.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3. e 3.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e;

3.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.14. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.12. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. O licitante deverá preencher na proposta eletrônica:

- a) o valor mensal global do item;
- b) o valor total da contratação para 12 (doze) meses; e
- c) a planilha de composição do preço global, conforme modelo constante dos anexos do Edital.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias** contados da data de sua apresentação.

4.8.1.1 A exigência de 90 dias de validade atende à Recomendação n. 1/2026 da Comissão de Controle Interno da Câmara Municipal de Cubatão, que orienta a adoção do prazo padrão de 90 dias para as propostas em licitações, visando maior estabilidade e continuidade do processo licitatório.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

4.8.3. Como o critério de julgamento é o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: a) assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 33, inciso X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou b) condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor do item**.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

5.8.1. O valor de **R\$ 100,00 (cem reais)** mostra-se adequado ao porte econômico do presente certame, cujo valor total estimado do item fixo é de **R\$ 266.878,88 (duzentos e sessenta e seis mil, oitocentos e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos)**, pois assegura que os lances tenham relevância econômica para o avanço da disputa, sem permitir reduções irrisórias e sem restringir indevidamente a competitividade entre os licitantes.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa aberto**.

5.11. Como será adotado, para o envio de lances no pregão eletrônico, o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.18.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na referida lei;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.18.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

5.19.2. empresas brasileiras;

5.19.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **6 (seis) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada,



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

6.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx#gsc.tab=0>); e

6.1.7. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apeados>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei Federal nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. contiver vícios insanáveis;

6.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.6.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.7. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.7.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.7.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no país, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. Considerando que na presente contratação é **facultada** ao interessado a avaliação prévia do local de execução dos serviços para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, na forma prevista no item 4.4. do Termo de Referência.

7.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

7.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até **6 (seis) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.15. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.16. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.13.1., poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **6 (seis) horas**, para:

7.16.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.16.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.17. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

7.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8. TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e a adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato.

8.2. O adjudicatário terá o prazo **de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Câmara poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco) dias úteis**; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.6. Na assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9. RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **20 (vinte) minutos**;

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido ao Agente de Contratação, que, se não reconsiderar a sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação ao Presidente da Câmara, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

9.5.1. O Agente de Contratação ou o Presidente, antes de proferirem sua decisão sobre o recurso, na forma prevista no item 9.5., poderão remeter os autos à apreciação da Procuradoria Legislativa, caso haja alguma questão de natureza jurídica a ser apreciada nas razões recursais.

9.5.2. Na hipótese de remessa à Procuradoria Legislativa, nos moldes do item 9.5.1., tal departamento terá o prazo de **3 (três) dias úteis** para manifestação jurídica e devolução ao agente solicitante.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação ao pregoeiro via sistema ou via e-mail cpl@cubatao.sp.leg.br.

10. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. O licitante ou a contratada que incidir nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 ficará sujeito às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com esta Câmara Municipal de Cubatão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

10.1.1. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Câmara.

10.1.2. As sanções previstas nos itens “a”, “c” e “d” deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.2. Na aplicação das sanções a que se refere o item 10.1, serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Câmara;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.2.1. São circunstâncias agravantes da sanção:

10.2.1.1. a existência de registro do licitante ou da contratada no Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções ou na Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

10.2.1.2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

10.2.1.3. a inércia deliberada do licitante ou da contratada em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

10.2.1.4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

10.2.2. São circunstâncias atenuantes da sanção:

10.2.2.1. a falha escusável do licitante ou da contratada;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

10.2.2.2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou a contratada e que não sejam de fácil identificação por esses últimos;

10.2.2.3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

10.2.2.4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da respectiva conduta.

10.3. A **advertência** será aplicada à contratada que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Câmara.

10.4. A **multa**, aplicável à contratada ou ao licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

10.4.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada à multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

- a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;
- b) 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, corridos, aplicada em acréscimo à da alínea "a";
- c) após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

10.4.2. A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta seção.

10.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.4.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com esta Câmara, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

10.5. A sanção de **impedimento de licitar ou contratar no âmbito desta Câmara** será aplicada à contratada ou ao licitante pelas infrações administrativas previstas nas alíneas adiante especificadas do caput do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, na seguinte conformidade:

- a) por 2 (dois) meses: deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) por 4 (quatro) meses: não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) por 1 (um) ano: dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) por 2 (dois) anos: dar causa à inexecução total do contrato.

10.5.1. Os prazos de que trata este item poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso pelo prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

10.6. A sanção de **declaração de inidoneidade** será aplicada à contratada ou ao licitante pelas infrações administrativas:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

f) se justificarem a imposição de penalidade mais grave:

1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
2. dar causa à inexecução total do contrato;
3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

10.6.1. A aplicação da sanção prevista neste item impedirá a contratada ou o licitante de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

10.6.1.1. O prazo a que alude este item poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos.

10.6.2. Para os fins da conduta de comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato.

10.7. A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à Procuradoria Legislativa.

10.7.1. Nas contratações em que houver prestação de garantia, os emitentes desta deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

10.7.2. Configurada a hipótese de aplicação de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data do recebimento da notificação, cabendo ao Gestor Legislativo da Câmara decidir sobre o sancionamento.

10.7.2.1. Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá a contratada ser comunicada de ambas as consequências da infração constatada para oportuna decisão conjunta.

10.7.3. Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, designados por portaria do Presidente da Câmara, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a contratada para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.7.3.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação.

10.7.3.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.7.3.3. Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**.

10.7.3.4. Os processos de responsabilização previstos neste item deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Procuradoria Legislativa da Câmara para fins de avaliação do seu processamento e análise jurídica.

10.7.3.5. Após a manifestação da Procuradoria Legislativa, o relatório final da comissão será encaminhado ao Gestor Legislativo da Câmara, a quem compete:

a) aplicar a sanção de impedimento de licitar e contratar;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

b) encaminhar o processo ao Presidente da Câmara, autoridade competente para aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

10.7.4. Da decisão do Gestor Legislativo da Câmara que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da intimação.

10.7.4.1. O recurso de que trata este item será dirigido ao Gestor Legislativo da Câmara, que deverá no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** proferir decisão de mérito para rever ou manter a decisão recorrida.

10.7.4.2. Caso o Gestor Legislativo da Câmara decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso ao Presidente da Câmara, que decidirá sobre suas condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até **20 (vinte) dias úteis**.

10.7.5. Da decisão do Presidente da Câmara que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado de seu protocolo.

10.7.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

10.7.7. A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de notificação ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Fornecimento ou na Ordem de Execução de Serviços, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina, ou para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.7.7.1. Os endereços de e-mail referidos neste item serão considerados de uso contínuo, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10.7.7.2. Resultando infrutífera a intimação por meio do endereço eletrônico, será esta efetuada por meio do Diário Oficial Eletrônico do Município de Cubatão.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

10.8. A imposição das sanções previstas no presente instrumento não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Câmara Municipal de Cubatão.

10.9. Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo Municipal - CADIN Municipal e as providências de inscrição do débito na Dívida Ativa do Município para cobrança judicial.

10.10. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

10.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.13. Independentemente da instauração de processo sancionatório, o Presidente da Câmara poderá determinar, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, a suspensão preventiva e imediata do contrato, quando a medida se revelar de interesse público, uma vez avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.14. Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo na Câmara Municipal de Cubatão.

10.14.1. Considera-se dia do começo do prazo:

a) o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

b) a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.

10.14.2. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

10.15. Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no SICAF, na Relação de Apenados, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de **15 (quinze) dias úteis**.

10.16. É admitida a reabilitação do licitante ou da contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

10.16.1. A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

10.17. Os débitos da contratada para com a Câmara Municipal de Cubatão, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com a contratante.

11. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por campo próprio da plataforma eletrônica utilizada ou via e-mail cpl@cubatao.sp.leg.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.cubatao.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos>.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

12.11.2. ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar;

12.11.3. ANEXO III - Modelo de Proposta;

12.11.4. ANEXO IV - Declaração de Vistoria ou de Renúncia de Vistoria;

12.11.5. ANEXO V - Minuta de Termo de Contrato;

12.11.5.1. ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO;

12.11.5.2. ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO
TCE-SP.

Cubatão, 12 de maio de 2026.

ALEXANDRE MENDES DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Cubatão



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo de Compra n. 16/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ar-condicionado da Câmara Municipal de Cubatão, incluindo a elaboração, implantação, atualização e execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC, a realização de análises semestrais de avaliação da qualidade do ar interior, bem como o fornecimento de materiais de consumo, mão de obra, ferramentas e insumos necessários à execução contratual, cabendo à Administração o fornecimento das peças, acessórios e componentes destinados às manutenções corretivas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ar-condicionado da Câmara Municipal de Cubatão, com PMOC e análises da qualidade do ar interior.						
Item	Especificação	Unidade	Quantidade	CATSER sugerido	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	SERVIÇOS CONTÍNUOS (PAGAMENTO MENSAL) Prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização da Câmara Municipal de Cubatão, com elaboração, implantação e execução do PMOC, fornecimento de materiais de consumo, mão de obra, ferramentas e insumos necessários, relatórios mensais e 2 análises anuais de avaliação da qualidade do ar interior, nos termos previstos no Termo de Referência.	Mensal	12	2771	R\$ 22.239,91	R\$ 266.878,88



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ar-condicionado da Câmara Municipal de Cubatão, com PMOC e análises da qualidade do ar interior.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	CATSER sugerido	Valor unitário estimado	Valor total estimado
VALOR TOTAL						R\$ 266.878,88

1.1.1. O valor total estimado do item fixo corresponde à soma do valor anual estimado da manutenção preventiva e corretiva ordinária com PMOC, no montante de **R\$ 263.766,00 (duzentos e sessenta e três mil, setecentos e sessenta e seis reais)**, com o valor anual estimado das 2 (duas) análises de avaliação da qualidade do ar interior, no montante de **R\$ 3.112,88 (três mil, cento e doze reais e oitenta e oito centavos)**, totalizando **R\$ 266.878,88 (duzentos e sessenta e seis mil, oitocentos e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos)**.

1.1.2. O valor unitário mensal do item 1 decorre da divisão exata do valor fixo anual por 12 (doze) competências. Havendo resíduo de arredondamento monetário em razão do uso de duas casas decimais, a diferença será ajustada automaticamente na última competência anual, sem alteração do valor total estimado do item.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são **caracterizados como comuns**, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.2.1. Do ponto de vista legal, a classificação encontra amparo no art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, que define bens e serviços comuns como “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”. As atividades de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado, a execução do PMOC, as rotinas periódicas de limpeza, higienização, inspeção, testes mecânicos e eletroeletrônicos, verificação de circuitos refrigerantes, análise da qualidade do ar interior e controle do sistema de distribuição de ar constituem procedimentos padronizados e amplamente praticados pelo mercado especializado em climatização.

1.3. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a salubridade dos ambientes, a preservação do patrimônio público e o pleno funcionamento das atividades administrativas e legislativas da Câmara, decorrendo de necessidades permanentes e prolongadas de manutenção para garantir a eficiência, a



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

segurança e a vida útil dos equipamentos e do sistema de distribuição de ar, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

1.3.1. A definição legal, contida no art. 6º, inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/2021, alinha-se a essa justificativa, conceituando serviços contínuos como aqueles contratados “para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas”. A jurisprudência do TCU, contudo, aprofunda esse conceito, estabelecendo que a continuidade não se mede apenas pela duração da necessidade, mas pela essencialidade do serviço. Um serviço é considerado contínuo se sua interrupção for capaz de comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. É o caso presente. Primeiramente, os sistemas de climatização instalados na Câmara Municipal de Cubatão constituem ativos públicos essenciais ao adequado funcionamento das dependências administrativas e legislativas, sendo sua manutenção contínua indispensável para a preservação do investimento público e da integridade dos equipamentos. Em segundo lugar, a finalidade desses sistemas é assegurar conforto térmico, salubridade e condições adequadas de trabalho e atendimento ao público. A ausência de manutenção preventiva e corretiva, como adverte o ETP, pode ocasionar falhas recorrentes, paralisação de ambientes, degradação prematura dos equipamentos, aumento do consumo de energia, prejuízo à qualidade do ar interior e riscos à saúde dos ocupantes. Tais consequências impactam diretamente a manutenção da atividade administrativa, seja pela impossibilidade de utilização adequada dos ambientes climatizados, seja pelo aumento dos custos operacionais e corretivos. Portanto, o serviço é essencial para a operação contínua, segura e eficiente da Câmara.

1.4. O **prazo de vigência da contratação** será de **12 (doze) meses**, contados da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Cubatão, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.4.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo de padronização federal CATSER sugerido e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste instrumento e dos demais componentes da fase preparatória.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar constante dos autos.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

2.2. A presente contratação está prevista no **Plano de Contratações Anual – PCA de 2026**, sob o **DFD 22**, conforme registrado no Documento de Oficialização da Demanda - DOD. Desse modo, a contratação encontra-se alinhada ao planejamento anual da Administração, em conformidade com o art. 12, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e com a regulamentação interna aplicável, constituindo medida essencial para assegurar o alinhamento orçamentário, a publicidade e a governança do processo de contratação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução contratada consiste na gestão completa e integrada do ciclo de vida operacional dos sistemas de ar-condicionado da Câmara Municipal de Cubatão, por meio de uma abordagem de manutenção preventiva e corretiva, com elaboração, implantação e execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC e realização periódica de análises da qualidade do ar interior. O objetivo é garantir o adequado funcionamento dos equipamentos e do sistema de distribuição de ar, a salubridade dos ambientes climatizados, a segurança operacional, a eficiência energética e a conformidade com as normas técnicas, sanitárias e regulatórias vigentes.

3.2. A solução é concebida como um conjunto de serviços interdependentes que criam um ciclo virtuoso de conservação, desempenho e proteção do patrimônio público. A interconexão dessas atividades é fundamental, pois a ausência de uma delas compromete o desempenho das demais e, consequentemente, a qualidade global do sistema de climatização. A gestão unificada sob uma única contratada garante a responsabilidade técnica centralizada, a rastreabilidade da execução e a otimização dos processos de manutenção e fiscalização.

3.3. A abordagem abrange as seguintes frentes de atuação:

3.3.1. Manutenção proativa e preservação do desempenho

3.3.1.1. Esta frente visa antecipar falhas, reduzir paralisações e garantir que os sistemas de climatização operem em condições adequadas de segurança, eficiência e salubridade. As atividades incluem:

3.3.1.1.1. Manutenção preventiva periódica, que consiste na execução de rotinas mensais e semestrais de inspeção, limpeza, higienização, regulagem, testes, medições e verificações técnicas dos equipamentos e, quando existentes, dos componentes do sistema de distribuição de ar, com a finalidade de preservar a vida útil dos aparelhos, reduzir falhas recorrentes e manter o desempenho do sistema.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

3.3.1.1.2. Execução do PMOC, que consiste na elaboração, implantação, atualização e acompanhamento do Plano de Manutenção, Operação e Controle dos sistemas de climatização abrangidos pela contratação, incluindo equipamentos, rede de dutos, acessórios e componentes do sistema de distribuição de ar, de forma a assegurar controle técnico contínuo das rotinas de manutenção e das condições operacionais dos ambientes climatizados.

3.3.1.1.3. Controle da qualidade do ar interior, que consiste na realização periódica de análises de coleta, análise e emissão de laudos técnicos conclusivos, em conformidade com a ABNT NBR 17037:2023, de modo a permitir o monitoramento das condições ambientais internas, a identificação de desconformidades e a adoção de medidas corretivas ou preventivas, quando necessárias.

3.3.2. Resposta a falhas e manutenção corretiva

3.3.2.1. Para os casos de falha, anormalidade ou indisponibilidade dos equipamentos, a solução prevê um fluxo estruturado de atendimento, destinado a minimizar o tempo de inatividade dos sistemas e restabelecer as condições normais de funcionamento. O processo é estruturado em duas etapas, acionadas por Ordem de Execução de Serviço - OES:

3.3.2.1.1. Diagnóstico da falha, em que, após a abertura do chamado pela fiscalização, a contratada mobiliza sua equipe técnica, conforme os prazos de atendimento definidos contratualmente, para realizar a apuração completa do problema e emitir laudo ou relatório técnico de diagnóstico, contendo a causa provável ou causa raiz da falha, a identificação do componente defeituoso, a descrição do procedimento recomendado e, quando necessário, a especificação técnica da peça ou componente a ser substituído.

3.3.2.1.2. Reparo ou substituição do componente, em que, uma vez autorizada a intervenção corretiva, a contratada executa os reparos, ajustes, regulagens, testes e, quando cabível, a substituição do componente defeituoso, restabelecendo as condições normais de operação do equipamento e do sistema de distribuição de ar.

3.4. Considerando a vida útil dos equipamentos, a necessidade de manutenção contínua e a eventual substituição de componentes, a solução incorpora responsabilidade ambiental. A empresa contratada deverá adotar procedimentos compatíveis com a correta gestão dos



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

resíduos gerados durante a execução dos serviços, inclusive filtros, embalagens, peças substituídas e resíduos de limpeza, bem como observar técnicas adequadas para evitar vazamentos de fluidos refrigerantes e assegurar sua manipulação correta. Caberá à contratada dar destinação ambientalmente adequada aos resíduos gerados, em conformidade com as normas aplicáveis, as melhores práticas de sustentabilidade e os princípios da logística reversa, quando cabíveis.

3.5. A remuneração pelos serviços seguirá modelo compatível com a estrutura da contratação, a saber:

3.5.1. Pagamento fixo mensal: para o item único da contratação, compreendendo a manutenção preventiva e corretiva ordinária dos sistemas de ar-condicionado, a execução do PMOC, o fornecimento de mão de obra, materiais de consumo, ferramentas e insumos necessários às rotinas ordinárias, os relatórios mensais e as 2 (duas) análises anuais de avaliação da qualidade do ar interior, cujo custo já se encontra incorporado ao preço mensal do item, vedado pagamento autônomo por sua realização.

3.5.2. As peças, acessórios e componentes necessários às manutenções corretivas não integram a remuneração do contrato de serviços, cabendo à Administração seu fornecimento, mediante prévia análise da necessidade da substituição com base em laudo ou requisição técnica apresentada pela contratada, na forma estabelecida neste Termo de Referência.

3.6. Em síntese, a solução integrada assegura que os sistemas de climatização da Câmara Municipal de Cubatão operem em condições adequadas de segurança, desempenho e salubridade ao longo de sua vida útil, protegendo o patrimônio público, reduzindo a incidência de falhas, garantindo maior eficiência operacional e assegurando condições ambientais adequadas para o exercício das atividades administrativas e legislativas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, sétima edição:

4.1.1.1. A contratada deverá realizar a gestão integral de todos os resíduos gerados na execução dos serviços, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010) e as normas da ABNT aplicáveis. Deverá,



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ainda, realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e destiná-los prioritariamente às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Para componentes substituídos, como filtros, peças mecânicas, componentes elétricos e embalagens, a contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada, priorizando sistemas de logística reversa, quando aplicáveis, em atendimento às melhores práticas do setor.

4.1.1.2. A contratada deverá promover a capacitação contínua de seus empregados em práticas de sustentabilidade, incluindo o uso eficiente de recursos, a correta gestão de resíduos e a adoção de procedimentos que contribuam para a eficiência energética dos sistemas de climatização. Adicionalmente, como prática de manutenção sustentável, deverá incluir em suas rotinas a verificação de desempenho dos equipamentos, de modo a evitar consumo excessivo de energia decorrente de falhas ou desregulações.

4.1.1.3. Considerando as características ambientais da região de Cubatão, a contratada deverá incluir, em suas rotinas de manutenção, inspeções específicas voltadas à identificação de processos de corrosão e degradação de componentes metálicos, adotando medidas preventivas e corretivas adequadas para preservação dos equipamentos.

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não será admitida a subcontratação da parcela principal dos serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, do PMOC e das obrigações de coordenação técnica da contratação.

4.2.2. Será admitida, excepcionalmente, a subcontratação da análise de avaliação da qualidade do ar interior, inclusive coleta e ensaios laboratoriais, desde que a subcontratada comprove competência técnica compatível com os métodos aplicáveis, preferencialmente mediante acreditação ABNT NBR ISO/IEC 17025 no escopo pertinente, permanecendo a contratada integralmente responsável pela qualidade técnica, prazos, documentos emitidos e resultado final perante a Administração.

4.2.3. A subcontratação de que trata o item anterior somente será permitida para empresas ou laboratórios que possuam **capacidade técnica compatível com o objeto subcontratado**, devendo atender às normas técnicas aplicáveis, especialmente a **ABNT NBR 17037:2023**, bem como às diretrizes sanitárias pertinentes.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

4.2.4. A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do contrato, inclusive pelos serviços subcontratados, não havendo qualquer vínculo jurídico entre a Câmara Municipal de Cubatão e a empresa subcontratada.

4.2.5. A contratada deverá assegurar que a empresa subcontratada observe todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, inclusive quanto aos prazos, padrões de qualidade, metodologia de execução e apresentação dos laudos técnicos.

4.2.6. A subcontratação não poderá implicar transferência da responsabilidade técnica global do contrato, nem prejudicar a fiscalização, o controle ou a execução dos serviços.

4.3. Garantia da contratação

4.3.1. Para a presente contratação, será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, podendo a contratada optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, **em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação**. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando a licitante vencedora às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.3.1.1. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá contemplar a contratante como única segurada e ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que a contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.3.1.1.1. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.3.1.1.2. Caso a adjudicatária não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.3.1.1.3. Caso a adjudicatária não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

igual período, a critério da contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.3.1.1.4. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3.1.1.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3.1.2. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.3.1.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

4.3.1.3.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

4.3.1.3.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pela contratante à contratada; e

4.3.1.3.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação, não adimplidas pela contratada, quando couber, ou quando a contratante for compelida ao pagamento.

4.3.1.4. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 4.3.1.3, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados no item 4.3.1.3, observada a legislação que rege a matéria.

4.3.1.5. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

4.3.1.5.1. Caso fortuito ou força maior;

4.3.1.5.2. Descumprimento das obrigações pela contratada decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente à contratante;

4.3.1.5.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

4.3.1.6. Caso seja feita opção pela modalidade caução em dinheiro, o recolhimento deverá ser realizado nas agências do Banco do Brasil S.A. ou demais bancos autorizados a receber receitas de Documento de Arrecadação Municipal, com fornecimento de comprovante de pagamento com autenticação digital.

4.3.1.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

4.3.1.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.3.1.9. No caso de garantia na modalidade de título de capitalização, este deverá ser custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, e emitido com observância da legislação que rege a matéria.

4.3.1.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros.

4.3.1.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, a contratada deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, contados da data em que for notificada pela contratante para fazê-lo.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

4.3.1.12. A contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.3.1.12.1. O emitente da garantia ofertada pela contratada deverá ser notificado pela contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.3.1.12.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.3.1.13. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021) ou a comunicação do sinistro pela contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

4.3.1.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da contratante, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.3.1.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.3.1.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos ou aplicar sanções à contratada.

4.3.1.16.1 Será franqueado o acesso ao conteúdo do processo administrativo ao garantidor, quando requerido, a fim de assegurar o exercício de seus direitos.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

4.3.1.17. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência e no Contrato.

4.3.1.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente neste Termo de Referência.

4.3.1.19. A exigência de garantia contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor anual da contratação, é medida indispensável de gestão de riscos e de resguardo ao patrimônio público, fundamentada nos seguintes aspectos:

4.3.1.19.1. O Mapa de Riscos da contratação identificou ameaças relevantes que podem ser mitigadas financeiramente pela garantia:

a) a execução inadequada dos serviços de manutenção, em desacordo com as especificações técnicas e com o PMOC, pode resultar em falhas recorrentes, redução da vida útil dos equipamentos e danos ao sistema de climatização, gerando prejuízos financeiros significativos à Administração;

b) o contrato possui natureza contínua e envolve a operação permanente dos sistemas de climatização, sendo essencial à salubridade dos ambientes. Em caso de falha da contratada (rescisão, inadimplemento ou incapacidade operacional), a garantia assegura recursos para mitigar os impactos da interrupção dos serviços, evitando a degradação dos equipamentos e a paralisação das atividades administrativas.

4.3.1.19.2. O objeto consiste em serviços contínuos e interdependentes, nos quais a falha na execução de uma etapa compromete o funcionamento global do sistema de climatização. A exigência de garantia é proporcional à responsabilidade assumida pela contratada, que responderá pela execução integral dos serviços e pela qualidade técnica do PMOC.

4.3.1.19.3. A fixação do percentual em 5% (cinco por cento) atende ao padrão estabelecido pelo art. 98 da Lei Federal nº 14.133/2021, configurando equilíbrio entre a segurança da Administração e a onerosidade para o licitante. A adoção do valor anual como base de cálculo, em vez do valor global contratual, mostra-se adequada para serviços contínuos, permitindo a renovação da garantia a cada prorrogação, sem comprometer a competitividade do certame.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

4.4. Vistoria

4.4.1. É **facultada** ao interessado a avaliação prévia do local de execução dos serviços para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

4.4.2. Os interessados podem agendar junto à Gabinete do Gestor Legislativo, de segunda à sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 18h, devendo o agendamento ser efetuado com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas úteis**, pelo e-mail protocolo@cubatao.sp.leg.br e sergio@cubatao.sp.leg.br ou pelo número de telefone (13) 3362-1313.

4.4.2.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

4.4.3. Para a vistoria, o representante indicado pela empresa interessada deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa que representa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4.4. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.4.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1.1. Início da execução do objeto: a partir da emissão da Ordem de Execução de Serviço - OES inicial, após a formalização do contrato.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.1.1.1.1. Após a emissão da Ordem de Execução de Serviço - OES inicial, a contratada deverá realizar, em até 5 (cinco) dias úteis, vistoria técnica inicial em todos os ambientes e equipamentos abrangidos pela contratação, com a finalidade de verificar o estado geral de conservação dos sistemas, confirmar as condições operacionais e subsidiar o planejamento executivo das rotinas de manutenção.

5.1.1.1.2. A primeira manutenção preventiva deverá ser iniciada em até 15 (quinze) dias úteis contados da emissão da Ordem de Execução de Serviço – OES inicial, devendo a contratada concluir o primeiro ciclo de manutenção preventiva de todos os equipamentos em prazo compatível com a periodicidade mensal estabelecida neste Termo de Referência.

5.1.1.1.3. A elaboração e implantação do PMOC deverão ser concluídas em até 15 (quinze) dias úteis contados da emissão da OES inicial, sem prejuízo da execução imediata, desde o início contratual, das manutenções corretivas urgentes, críticas ou necessárias à preservação da segurança, da salubridade dos ambientes, da integridade dos equipamentos e da continuidade das atividades institucionais.

5.1.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: a prestação dos serviços será contínua e seguirá um plano de operação e manutenção integrado, compreendendo as seguintes rotinas:

5.1.1.2.1. Manutenção preventiva periódica:

- a) frequência mínima mensal para todos os equipamentos;
- b) execução de rotinas técnicas destinadas a manter os equipamentos e o sistema de distribuição de ar em condições adequadas de funcionamento, abrangendo, no mínimo, as seguintes atividades:
 - limpeza interna e externa dos equipamentos;
 - higienização e sanitização com aplicação de bactericida adequado, observadas as normas sanitárias aplicáveis;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

- limpeza de serpentinas, bandejas e gabinetes;
- verificação, limpeza e higienização de filtros de ar, filtros descartáveis e elementos filtrantes, bem como sua substituição, quando necessária, conforme recomendação do fabricante, condição de uso do equipamento e necessidade de preservação da qualidade do ar interior, sem custo adicional para a Administração, por se tratarem de insumos inerentes à manutenção preventiva;
- verificação e desobstrução de drenos, mangueiras e prumadas;
- inspeção de circuitos elétricos, reaperto de conexões e limpeza de componentes;
- medição e registro de tensão, corrente e parâmetros de funcionamento;
- verificação da carga de gás refrigerante e sua recomposição, quando necessária, **sem custo adicional**, mediante justificativa técnica e registro da intervenção;
- inspeção de compressores, motores, ventiladores e sistemas de ventilação;
- verificação de vibrações, ruídos anormais e aquecimento excessivo;
- inspeção do sistema de dutos, difusores, grelhas e registros, quando existentes;
- limpeza e higienização do sistema de distribuição de ar;
- verificação da vedação e do isolamento térmico;

c) a periodicidade das rotinas deverá observar, sem prejuízo do PMOC, das recomendações dos fabricantes e das condições de uso dos ambientes, a seguinte execução mínima obrigatória.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

I – Rotinas mensais (no mínimo uma vez por mês por equipamento)

a. Ventiladores:

1. verificar e corrigir limpeza (carcaça e rotor) e fixação do conjunto;
2. verificar e corrigir vibrações, ruídos anormais e aquecimento anormal dos mancais;
3. limpar o sistema de drenagem;
4. verificar e corrigir o estado de amortecedores de vibração;

b. Motores elétricos:

1. verificar e corrigir fixação e a existência de sujeiras, danos e corrosão;
2. verificar fios e cabos;
3. aferir amperagem dentro dos limites de placa;
4. verificar aquecimento nos motores;
5. verificar e corrigir vibrações e ruídos anormais;

c. Filtros secos (quando aplicável ao modelo):

1. verificar e corrigir a existência de sujeira, danos e corrosão;
2. verificar e corrigir frestas dos filtros;
3. verificar e corrigir o ajuste da moldura do filtro na estrutura;
4. limpar o elemento filtrante e substituir, se necessário, conforme recomendação do fabricante e condição de uso;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

d. Gabinete:

1. verificar e corrigir a existência de sujeira, danos e corrosão;
2. verificar e corrigir a vedação dos painéis de fechamento do gabinete;
3. reapertar parafusos de fixação dos aparelhos, quando necessário;
4. verificar e corrigir o estado de conservação do isolamento existente;

e. Evaporadores:

1. verificar e corrigir a existência de sujeira, danos e corrosão na moldura da serpentina e na bandeja;
2. lavar a bandeja e serpentina com remoção de biofilme (lodo), sem uso de produtos desengraxantes e corrosivos;
3. verificar e corrigir a existência de agentes que prejudiquem a troca de calor;
4. verificar e corrigir a operação de drenagem de água da bandeja;
5. verificar e corrigir a existência de vazamentos internos e externos;

f. Condensadores (ar):

1. verificar e corrigir o fluxo de ar;
2. verificar e corrigir vazamentos internos e externos;

g. Compressores (quando aplicável ao equipamento):

1. verificar e corrigir a existência de sujeira, danos e corrosão;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

2. verificar e corrigir a fixação e a existência de vibrações ou ruídos anormais;
3. verificar e corrigir o funcionamento dos dispositivos de segurança (pressostatos de alta, baixa, óleo), quando aplicável;
4. verificar e, se necessário, corrigir o aterramento;
5. realizar medição de amperagem dos compressores e registrar os valores;

h. Circuito refrigerante:

1. verificar e corrigir a fixação e a existência de danos e corrosão em tubulações;
2. verificar e corrigir a existência de danos no isolamento térmico;
3. verificar a carga de gás refrigerante e registrar parâmetros de funcionamento, quando aplicável;
4. verificar e corrigir a existência de danos nos compensadores de vibração;
5. verificar e corrigir queda de pressão no filtro secador, quando aplicável;
6. verificar e corrigir vazamentos de gás;

i. Painéis e disjuntores:

1. verificar a instalação quanto às condições gerais, existência de sujeira, danos e corrosão;
2. limpar os elementos e eliminar pontos de corrosão;
3. verificar e corrigir funcionamento e fixação de componentes eletromecânicos (fusíveis, botoeiras, lâmpadas de sinalização, contatos de contadoras, capacitores),



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

terminais, conexões, cabos, barramentos e sistema de aterramento;

4. verificar e corrigir atuação do sistema de partida e intertravamentos, quando aplicável;
5. verificar tensão de alimentação;
6. verificar fios e cabos;
7. verificar o estado e aperto dos terminais elétricos;
8. verificar e corrigir o funcionamento de alarmes visuais e sonoros, quando existentes, e operação nos modos manual, automático e remoto, quando aplicável;
9. medir e registrar tensão e corrente;

II – Rotinas semestrais (no mínimo uma vez a cada 6 meses por equipamento, quando aplicável)

- a) verificar e corrigir fixação e existência de sujeiras, danos e desgastes nos acoplamentos;
- b) verificar e corrigir alinhamento, vibrações e ruídos anormais nos acoplamentos;
- c) limpar as superfícies do lado ar dos evaporadores (refrigerante/ar), conforme recomendação do fabricante;
- d) medir e registrar a pressão e temperatura de sucção junto ao compressor;
- e) medir e registrar a pressão e temperatura de descarga junto ao compressor;
- f) verificar e corrigir o funcionamento das válvulas de serviço dos compressores;
- g) verificar e corrigir, regulando os elementos de proteção (relés), operação e controle nos painéis elétricos e



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

eletrônicos, conforme condições de referência e recomendações do fabricante;

h) todas as atividades deverão ser registradas em relatório técnico individualizado por equipamento, contendo, no mínimo:

- identificação do equipamento e do ambiente;
- data da execução;
- descrição detalhada dos serviços realizados;
- medições efetuadas;
- registro de inconformidades;
- recomendações técnicas;
- identificação do responsável técnico;

i) os registros deverão integrar o histórico do PMOC, garantindo rastreabilidade completa das intervenções realizadas ao longo da vigência contratual.

5.1.1.2.2. Execução do PMOC:

a) elaboração e implantação do Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC em até 15 (quinze) dias úteis contados da emissão da Ordem de Execução de Serviço - OES inicial;

b) o PMOC deverá abranger todos os equipamentos e sistemas de distribuição de ar;

c) deverá conter:

- identificação dos ambientes climatizados;
- periodicidade das atividades;
- descrição das rotinas;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

- recomendações técnicas;
 - plano de contingência para falhas;
- d) execução contínua do PMOC, com registros mensais obrigatórios;
- e) assinatura por responsável técnico, com ART, TRT ou documento equivalente;
- f) o descumprimento do prazo para elaboração e implantação do PMOC sujeitará a contratada às sanções contratuais cabíveis, sem prejuízo da aplicação de penalidades e demais medidas administrativas.

5.1.1.2.3. Manutenção corretiva:

a) Acionamento sob demanda pelo fiscal técnico do contrato, mediante contato formal com a contratada e emissão de Ordem de Execução de Serviço - OES, sempre que for constatado defeito, falha, anormalidade, indisponibilidade ou perda de desempenho de equipamento ou do sistema de distribuição de ar;

b) divisão em duas etapas obrigatórias:

Etapas 1 – Diagnóstico:

- mobilização da equipe técnica;
- identificação da causa raiz;
- emissão de laudo técnico contendo:
 - descrição da falha;
 - componente defeituoso;
 - especificação técnica completa;
 - procedimento de reparo;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

Etapas 2 – Reparo:

- execução do conserto ou substituição;
- realização de testes;
- restabelecimento do funcionamento normal;

c) os prazos de atendimento para início do diagnóstico variarão entre falha crítica (até 24 horas), falha urgente (até 48 horas) e falha de baixa prioridade (até 10 dias corridos):

- falha crítica: até 24 horas;
- falha urgente: até 48 horas;
- baixa prioridade: até 10 dias corridos;

d) o prazo para conclusão do reparo será de até 3 (três) dias úteis, quando não houver necessidade de substituição de peças; nos casos em que houver dependência de fornecimento de componentes, o prazo será contado a partir da disponibilização do item, devendo a contratada adotar todas as medidas para minimizar o tempo de indisponibilidade do equipamento.

5.1.1.2.3.1. Sem prejuízo das demais exigências, quando houver necessidade de substituição de peça, acessório ou componente, a contratada deverá apresentar:

- i) laudo técnico de diagnóstico, com identificação do equipamento, ambiente, defeito, causa provável, especificação completa do item, quantitativo, urgência e justificativa da substituição;
- ii) indicação de peça original, genuína ou, quando inviável, equivalente de qualidade igual ou superior, com justificativa técnica da equivalência;
- iii) prazo estimado para instalação após a disponibilização do item pela Administração;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

- iv) garantia mínima de 90 (noventa) dias para os serviços de instalação, regulagem, testes e demais intervenções executadas sobre a peça disponibilizada, sem prejuízo das garantias legais ou do fabricante quanto ao item fornecido;

5.1.1.2.3.1.1. A contratada deverá submeter o laudo técnico de diagnóstico e a requisição técnica correspondente ao fiscal técnico do contrato, para análise da necessidade da substituição e da suficiência das informações apresentadas, com encaminhamento ao gestor do contrato ou a apoio técnico quando a matéria exigir avaliação especializada.

5.1.1.2.3.1.2. Validada a necessidade da substituição, caberá à Administração providenciar o fornecimento da peça, acessório ou componente necessário, mediante aquisição específica, contratação correlata ou outro procedimento administrativo cabível.

5.1.1.2.3.1.3. A peça, acessório ou componente substituído deverá ser apresentado à fiscalização para conferência e registro, ficando sob guarda do fiscal técnico do contrato pelo prazo por ele estipulado, podendo ser devolvido à contratada, a qualquer tempo durante a vigência contratual, para destinação ambientalmente adequada, mediante registro da devolução no histórico da fiscalização ou nos autos.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.1.1.2.3.1.4. Verificada, dentro do prazo de garantia, falha, vício, defeito ou inadequação imputável aos serviços de instalação, regulagem, testes ou demais intervenções executadas pela contratada, esta deverá promover, sem ônus adicional para a Administração, a correção, reinstalação, regulagem ou reparo necessários, observados os prazos de atendimento compatíveis com o nível de criticidade da ocorrência, sem prejuízo das garantias legais ou do fabricante quanto à peça, acessório ou componente fornecido pela Administração..

5.1.1.2.4. Avaliação da qualidade do ar interior:

- a) deverão ser realizadas 2 (duas) análises anuais, sendo 1 (uma) por semestre;
- b) cada análise abrangerá 8 (oito) pontos internos de coleta, definidos pela fiscalização, priorizando ambientes de maior ocupação, permanência e relevância institucional, e 1 (um) ponto externo de referência, quando necessário à interpretação normativa e ao cálculo comparativo entre ar interno e externo;
- c) a análise deverá contemplar, no mínimo, parâmetros biológicos, químicos e físicos compatíveis com a legislação sanitária e com a norma técnica aplicável, incluindo fungos viáveis, relação I/E, dióxido de carbono, temperatura, umidade relativa, velocidade do ar, material particulado PM10 e PM2,5, ou outros parâmetros que venham a substituí-los normativamente;
- d) a contratada deverá entregar relatório de ensaio e relatório técnico interpretativo, com indicação dos ambientes



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

avaliados, metodologia utilizada, data e horário das coletas, resultados obtidos, conclusão de conformidade ou não conformidade e recomendações corretivas ou preventivas;

e) o prazo máximo para entrega dos relatórios será de 15 (quinze) dias úteis após a coleta, salvo prazo menor ofertado pela contratada;

f) constatada não conformidade, a contratada deverá, no relatório, indicar as providências corretivas cabíveis e integrá-las ao PMOC.

5.1.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

SERVIÇO	PERIODICIDADE
Manutenção preventiva	Mensal
Execução do PMOC	Contínua
Relatórios técnicos	Mensal
Avaliação da qualidade do ar	Semestral
Manutenção corretiva	Sob demanda

5.1.1.4. Detalhamento das etapas da manutenção corretiva:

5.1.1.4.1. Etapa 1: diagnóstico da falha

- a) início: emissão da OES;
- b) conclusão: entrega do laudo técnico aprovado pela fiscalização.

5.1.1.4.2. Etapa 2: instalação do componente

- a) início: autorização da Administração;
- b) conclusão: após a substituição da peça, execução de testes e restabelecimento da operação normal do sistema.

5.2. Local e horário da prestação dos serviços



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.2.1. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

a) Câmara Municipal de Cubatão e seus anexos, incluindo guaritas e demais estruturas vinculadas, situada à **Praça dos Emancipadores, s/nº, Bloco Legislativo, Centro, CEP 11510-039, Cubatão/SP;**

b) Garagem da Câmara Municipal de Cubatão, situada à **Rua Bernardo Pinto, nº 401, Vila Paulista, Cubatão/SP, CEP 11510-260**, incluindo as instalações, equipamentos e sistemas de climatização ali existentes.

5.2.2. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, podendo, excepcionalmente, mediante prévia solicitação e autorização da Administração, ser executados em horários diversos, inclusive fora do expediente regular, quando necessário para não prejudicar o funcionamento das atividades institucionais.

5.3. Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.1.1. Rotinas de manutenção preventiva e preditiva.

5.3.1.1.1. A contratada deverá seguir um cronograma de manutenções destinado a garantir o adequado funcionamento, a eficiência energética, a salubridade dos ambientes climatizados e a longevidade dos equipamentos e sistemas de distribuição de ar, conforme detalhado a seguir:

a) realização de manutenção preventiva mensal em todos os equipamentos de climatização, incluindo limpeza técnica, higienização, verificação de funcionamento, inspeção de componentes mecânicos, elétricos e do circuito refrigerante, bem como execução das rotinas previstas no PMOC, com o objetivo de assegurar o desempenho adequado dos sistemas e prevenir falhas operacionais;

b) inspeção mensal com verificação visual das instalações, análise das condições de funcionamento dos equipamentos, avaliação de ruídos, vibrações, temperatura de operação, desempenho térmico, funcionamento de ventiladores, compressores e controles, bem como limpeza de filtros, ventiladores e componentes internos, conforme aplicável;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

c) inspeção semestral com avaliação técnica aprofundada dos equipamentos e, quando existentes, dos sistemas de distribuição de ar, incluindo inspeção visual completa, reaperto de conexões elétricas, verificação de circuitos refrigerantes, medições de parâmetros operacionais (pressão, temperatura, corrente e tensão), testes de funcionamento e verificação de desempenho geral, com identificação preventiva de falhas potenciais;

d) avaliação periódica do desempenho dos sistemas de climatização, incluindo análise da eficiência operacional dos equipamentos, identificação de perdas de rendimento, consumo excessivo de energia e eventuais inconformidades, com emissão de recomendações técnicas destinadas à melhoria contínua do sistema e à preservação da vida útil dos equipamentos.

5.3.1.2. Rotinas de monitoramento e relatórios

5.3.1.2.1. O acompanhamento contínuo do desempenho dos sistemas de climatização é fundamental para a gestão proativa do contrato e para a preservação das condições adequadas de funcionamento, eficiência energética e qualidade do ar interior, devendo contemplar:

a) monitoramento contínuo das condições operacionais dos equipamentos, por meio do acompanhamento sistemático dos parâmetros de funcionamento, incluindo temperatura de insuflamento e retorno, pressão do sistema, corrente elétrica, tensão, desempenho térmico, funcionamento de ventiladores, compressores e demais componentes, bem como análise do histórico de falhas e intervenções realizadas;

b) acompanhamento das condições ambientais dos espaços climatizados, com especial atenção a indícios de desconforto térmico, odores, umidade excessiva, ruídos anormais, vibrações e demais sinais que possam indicar falhas ou degradação do desempenho do sistema;

c) registro e análise de eventuais anomalias, falhas recorrentes, perda de eficiência dos equipamentos ou aumento no consumo energético,



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

com indicação das causas prováveis e proposição de medidas corretivas ou preventivas;

d) apresentação de relatórios técnicos mensais consolidados, assinados pelo responsável técnico, contendo, no mínimo:

- identificação dos equipamentos e ambientes atendidos;
- descrição detalhada dos serviços executados;
- medições e parâmetros registrados;
- registro de inconformidades e falhas identificadas;
- relação das peças, acessórios e componentes substituídos, quando houver, com respectivas justificativas técnicas, autorizações e registros de instalação;
- recomendações técnicas para melhoria do desempenho e prevenção de falhas;

e) manutenção de histórico técnico individualizado por equipamento, integrado ao PMOC, garantindo rastreabilidade completa das intervenções realizadas durante toda a vigência contratual;

f) inclusão, quando aplicável, de registros fotográficos e evidências documentais que subsidiem a fiscalização e a validação dos serviços executados.

5.3.1.3. Rotinas de manutenção corretiva

5.3.1.3.1. A resposta a falhas, anormalidades, indisponibilidade ou perda de desempenho dos equipamentos será acionada sob demanda pelo fiscal técnico do contrato, mediante contato formal com a contratada e emissão de Ordem de Execução de Serviço - OES, seguindo fluxo estruturado destinado a garantir agilidade no atendimento e minimizar o tempo de inatividade dos sistemas de climatização:

a) a manutenção corretiva será acionada sob demanda pelo fiscal técnico do contrato, mediante contato formal com a contratada e



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

emissão de Ordem de Execução de Serviço - OES, sempre que for constatado defeito, falha, anormalidade, indisponibilidade ou perda de desempenho de equipamento ou do sistema de distribuição de ar;

b) a contratada deverá mobilizar sua equipe técnica para apuração da causa da falha, respeitando os prazos de atendimento definidos por nível de criticidade, conforme estabelecido neste Termo de Referência;

c) a etapa de diagnóstico deverá resultar na emissão de Laudo Técnico detalhado, contendo, no mínimo:

- identificação do equipamento e do ambiente;
- descrição da falha constatada;
- análise da causa raiz do problema;
- identificação precisa do componente defeituoso;
- especificação técnica completa da peça ou componente necessário;
- indicação do procedimento técnico recomendado para o reparo;

d) a execução do reparo, inclusive a substituição de peças e componentes, ficará condicionada à prévia autorização da Administração, com base no laudo técnico apresentado e após a disponibilização do item necessário;

e) quando houver necessidade de substituição de peças ou componentes, a contratada deverá observar integralmente os procedimentos de controle estabelecidos neste Termo de Referência, incluindo:

- apresentação de justificativa técnica formal;
- comprovação da compatibilidade da peça com o equipamento;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

- apresentação de requisição técnica formal detalhada para instrução administrativa da aquisição da peça necessária;
- validação prévia pela fiscalização quanto à necessidade da substituição;

f) após a autorização da Administração, a contratada deverá executar o reparo, incluindo instalação, ajustes, regulagens e testes necessários, visando o restabelecimento das condições normais de funcionamento do equipamento e do sistema de distribuição de ar;

g) os prazos para início do atendimento deverão observar os níveis de prioridade definidos contratualmente, incluindo:

- **falhas críticas:** atendimento em até 24 (vinte e quatro) horas;
- **falhas urgentes:** atendimento em até 48 (quarenta e oito) horas;
- **falhas de baixa prioridade:** atendimento em até 10 (dez) dias corridos;

g.1) Para fins de classificação do atendimento corretivo pelo fiscal técnico do contrato, os níveis de criticidade deverão observar os seguintes parâmetros:

I – Falha crítica: ocorrência que comprometa ou possa comprometer de forma imediata a continuidade das atividades institucionais, a salubridade do ambiente, a segurança de pessoas, a integridade das instalações ou a preservação dos equipamentos, exigindo atendimento prioritário e imediato. Enquadram-se, entre outras hipóteses, a paralisação total de equipamento essencial em ambiente de grande permanência ou relevância institucional, o risco de curto-circuito, aquecimento anormal, princípio de incêndio, vazamento de água com potencial de dano ao patrimônio, vazamento relevante de fluido refrigerante, falha em equipamentos que atendam ambientes sem alternativa operacional adequada, bem



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

como situações que exponham usuários a calor excessivo, odores intensos, umidade anormal ou condição incompatível com o uso regular do espaço.

II – Falha urgente: ocorrência que não configure risco imediato à segurança ou à integridade patrimonial, mas que cause prejuízo relevante ao conforto térmico, ao desempenho do sistema, à rotina administrativa ou à conservação do equipamento, exigindo atendimento célere para evitar agravamento. Enquadram-se, entre outras hipóteses, perda acentuada de eficiência, ruídos ou vibrações anormais, falhas intermitentes, drenagem irregular, pequeno vazamento, gotejamento de água pela unidade interna ou por componentes do sistema, oscilação de funcionamento, desconforto térmico significativo em ambiente ocupado, ou defeitos que, se não corrigidos em curto prazo, possam evoluir para paralisação total ou dano mais severo.

III – Falha de baixa prioridade: ocorrência que não impeça o uso imediato do ambiente, não represente risco à segurança, à salubridade ou ao patrimônio, e não cause prejuízo relevante e atual ao funcionamento das atividades institucionais, podendo ser tratada em prazo ordinário. Enquadram-se, entre outras hipóteses, pequenos ajustes, falhas sem impacto relevante no desempenho global do equipamento, necessidade de inspeções complementares, correções de acabamento, ruídos leves sem agravamento aparente, ou situações passíveis de programação sem comprometimento significativo da operação.

h) o prazo para conclusão do reparo deverá ser de até 3 (três) dias úteis, contados do início do atendimento, quando não houver necessidade de substituição de peças; havendo dependência de fornecimento de componente pela Administração, o prazo será contado a partir de sua disponibilização, devendo a contratada adotar todas as medidas para minimizar o tempo de indisponibilidade do equipamento;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

- i) todos os atendimentos deverão ser registrados em relatório técnico específico, contendo data, horário, identificação do equipamento, diagnóstico, serviços executados, peças substituídas disponibilizadas pela Administração, quando houver, e resultado final do atendimento;
- j) é vedada a substituição de peças ou componentes sem a devida emissão de laudo técnico e sem autorização formal da Administração;
- k) a contratada deverá comunicar imediatamente à fiscalização quaisquer situações que possam comprometer a segurança, a continuidade dos serviços ou a integridade dos equipamentos.

5.3.1.4. Rotinas de segurança e sustentabilidade

5.3.1.4.1. A execução de todas as atividades deverá observar rigorosamente as normas de segurança do trabalho e as práticas de sustentabilidade, incluindo:

- a) cumprimento integral das normas regulamentadoras aplicáveis, especialmente a NR 10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) e a NR 35 (Trabalho em Altura), bem como das demais normas técnicas correlatas, com utilização obrigatória de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).
- b) adoção de procedimentos seguros para execução dos serviços, incluindo intervenções em equipamentos elétricos, mecânicos e sistemas de climatização, com vistas à prevenção de acidentes, choques elétricos, quedas, danos às instalações e riscos aos usuários dos ambientes atendidos;
- c) aplicação de técnicas adequadas de manutenção e operação, com vistas à prevenção de vazamentos de fluido refrigerante, bem como ao controle de emissões e à redução de desperdícios, em conformidade com as normas ambientais aplicáveis;
- d) responsabilidade da contratada pela correta segregação, acondicionamento e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados durante a execução dos serviços, incluindo filtros de ar substituídos, peças e componentes descartados, embalagens e demais materiais, em conformidade com a Política



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

Nacional de Resíduos Sólidos, com seu Plano de Gerenciamento de Resíduos e com os princípios da logística reversa;

e) utilização de produtos de limpeza devidamente registrados nos órgãos competentes, preferencialmente biodegradáveis ou de baixo impacto ambiental, evitando o uso de substâncias que possam causar irritação aos usuários dos ambientes atendidos ou danos, desgaste ou corrosão aos equipamentos e componentes dos sistemas de climatização;

f) adoção de boas práticas de manutenção sustentável, com foco na eficiência energética dos sistemas de climatização, na preservação da vida útil dos equipamentos e na redução dos impactos ambientais decorrentes da execução contratual.

g) os empregados e demais prestadores de serviço da contratada que atuarem nas dependências da Câmara Municipal de Cubatão deverão permanecer devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, em local visível, durante toda a execução dos serviços, observadas as diretrizes de segurança e controle de acesso estabelecidas pela Administração.

5.4. Materiais a serem disponibilizados

5.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá fornecer toda a mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais e insumos necessários, nas quantidades adequadas e com qualidade compatível com as exigências técnicas do objeto, promovendo sua substituição sempre que necessário, observados os requisitos de segurança, sustentabilidade e preservação dos equipamentos.

5.4.1.1. Todos os equipamentos necessários para garantir a segurança dos trabalhadores, em conformidade com as normas regulamentadoras aplicáveis, especialmente NR 10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) e NR 35 (Trabalho em Altura), incluindo, mas não se limitando a capacetes, luvas isolantes, óculos de proteção, cintos de segurança tipo paraquedista, talabartes, linhas de vida, vestimentas adequadas e dispositivos de sinalização de segurança.

5.4.1.2. Conjunto completo de ferramentas e equipamentos necessários à execução das rotinas de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização, incluindo:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

- a) multímetros, amperímetros, megômetros e demais instrumentos para medições elétricas e operacionais;
- b) manômetros, vacuômetros e equipamentos específicos para análise e intervenção em circuitos refrigerantes;
- c) torquímetros e ferramentas apropriadas para reaperto de conexões, fixações e componentes eletromecânicos;
- d) equipamentos para detecção de vazamentos de gás refrigerante;
- e) equipamentos para limpeza e higienização de serpentinas, bandejas e componentes internos;
- f) demais ferramentas e dispositivos necessários à execução completa dos serviços previstos no PMOC.

5.4.1.3. Todos os materiais necessários à execução das atividades de limpeza, higienização e manutenção preventiva, incluindo:

- a) produtos de limpeza e higienização devidamente registrados nos órgãos competentes, preferencialmente biodegradáveis ou de baixo impacto ambiental;
- b) bactericidas, desinfetantes e produtos específicos para eliminação de fungos, bactérias e outros contaminantes;
- c) materiais para limpeza de serpentinas, filtros, bandejas, gabinetes e demais componentes;
- d) elementos filtrantes, filtros descartáveis e materiais correlatos, quando necessários à substituição no âmbito da manutenção preventiva, os quais serão considerados insumos incluídos na parcela fixa mensal da contratação;
- e) gás refrigerante e demais insumos necessários à recomposição de carga, quando aplicável, sem custo adicional para a Administração, por se tratar de insumos inerentes à manutenção preventiva;
- f) materiais auxiliares, como panos, escovas, recipientes, mangueiras e demais utensílios necessários à execução dos serviços, sendo vedado o uso



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

de produtos abrasivos ou que possam causar danos aos equipamentos ou ao meio ambiente.

5.4.1.4. Condições gerais de fornecimento:

- a) todos os materiais, equipamentos e insumos utilizados deverão ser adequados ao tipo de equipamento e às condições de operação, devendo a contratada observar as recomendações dos fabricantes e as normas técnicas aplicáveis;
- b) a contratada será responsável pela guarda, conservação e substituição dos materiais e equipamentos utilizados durante a execução contratual;
- c) os materiais empregados não poderão comprometer a integridade dos equipamentos, a qualidade do ar interior ou a segurança dos usuários dos ambientes atendidos;
- d) deverá ser assegurada a utilização de insumos compatíveis com as práticas de sustentabilidade, segurança e eficiência operacional dos sistemas de climatização.

5.5. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5.1. A demanda da Câmara tem como base as seguintes características:

5.5.1.1. Características técnicas dos sistemas de climatização:

- a) O objeto da contratação compreende a manutenção de 101 (cento e um) equipamentos de ar-condicionado, distribuídos nas dependências da Câmara Municipal de Cubatão e em suas unidades vinculadas, incluindo a sede administrativa, anexos, guaritas e garagem.
- b) Os sistemas contemplam diferentes tipologias de equipamentos, tais como unidades do tipo split hi-wall, cassete e equipamentos de maior capacidade como splitão, com respectivas unidades evaporadoras e condensadoras, interligadas por circuitos refrigerantes, sistemas elétricos e, sistemas de distribuição de ar por meio de dutos, difusores e grelhas.
- c) A execução dos serviços poderá envolver intervenções em locais de difícil acesso, áreas técnicas e, eventualmente, atividades em altura, devendo a contratada observar as normas de segurança aplicáveis.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

d) a relação detalhada dos equipamentos abrangidos pela contratação, com indicação de local de instalação, quantidade, fabricante, modelo e capacidade, é a seguinte:

PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL E SEUS ANEXOS. (Praça dos Emancipadores, s/n - Centro, Cubatão - SP, 11510-900)		
ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO
01	9	Aparelhos de ar-condicionado modelo Split, compostos por unidade evaporadora 42AFFCI09S5 e condensadora 38TFCI09S5, de capacidade 9.000 BTUs (Fabricante: Midea Springer)
02	36	Aparelhos de ar-condicionado modelo Split, compostos por unidade evaporadora 42AFFCI12S5 e condensadora 38TFCI12S5, de capacidade 12.000 BTUs (Fabricante: Midea Springer)
03	03	Aparelhos de ar-condicionado modelo Split, compostos por unidade evaporadora 42AFVCI12S5 e condensadora 38TVCI12S5, de capacidade 12.000 BTUs (Fabricante: Midea Springer)
04	26	Aparelhos de ar-condicionado modelo Split, compostos por unidade evaporadora 42AFFCI18S5 e condensadora 38TFCI18S5, de capacidade 18.000 BTUs (Fabricante: Midea Springer)
05	9	Aparelhos de ar-condicionado modelo Split, compostos por unidade evaporadora 42AFFCI22S5 e condensadora 38TFCI22S5, de capacidade 22.000 BTUs (Fabricante: Midea Springer)
06	4	Aparelhos de ar-condicionado modelo Split, compostos por unidade evaporadora 42EZVCA24M5 e condensadora 38EZVCA24M5, de capacidade 24.000 BTUs (Fabricante: Midea Springer)
07	2	Aparelhos de ar-condicionado modelo Cassete, compostos por unidade evaporadora 40KVQD24M5 e condensadora 38TVCD24515MM, de capacidade 24.000 BTUs (Fabricante: Midea Carrier)
08	3	Aparelhos de ar-condicionado modelo Cassete, compostos por unidade evaporadora 40KVQE36M5 e condensadora 38CCVE36515MM, de capacidade 36.000 BTUs (Fabricante: Midea Carrier)



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

09	2	Aparelhos de ar-condicionado Splitão modelo 40MSE120236VH, de capacidade 10 TR (Fabricante: Carrier)
10	2	Aparelhos de ar-condicionado Splitão modelo 40MSE240236VH, de capacidade 20 TR (Fabricante: Carrier)
GARAGEM DA CÂMARA (R. Bernardo Pinto, 401 - Vila Paulista, Cubatão - SP, 11510-260)		
11	2	Aparelhos de ar-condicionado modelo Split, compostos por unidade evaporadora 42EZVCA24M5 e condensadora 38EZVCA24M5, de capacidade 24.000 BTUs (Fabricante: Midea Springer)
12	1	Aparelhos de ar-condicionado tipo Split, compostos por unidade evaporadora e unidade condensadora, modelo GWCN09DAND1A3A, com capacidade de 9.000 BTU/h, (Fabricante: GREE)
13	1	Aparelhos de ar-condicionado tipo Split, compostos por unidade evaporadora e unidade condensadora, modelo GWCN12DBND1A3A, com capacidade de 12.000 BTU/h, (Fabricante: GREE)
14	1	Aparelhos de ar-condicionado tipo Split, compostos por unidade evaporadora e unidade condensadora, modelo HYE-INV09BRW, com capacidade de 9.000 BTU/h, (Fabricante: HYE)

e) O quantitativo de equipamentos indicado neste Termo de Referência reflete a situação existente na data da elaboração dos estudos técnicos e serve de base para o dimensionamento da proposta. Durante a vigência contratual, poderá haver acréscimo ou supressão da quantidade de aparelhos de ar-condicionado abrangidos pela contratação, em razão de instalação, desativação, substituição, remanejamento, baixa patrimonial ou readequação dos ambientes, desde que mantida a natureza do objeto e observadas as justificativas técnicas e o interesse público.

e.1) As alterações quantitativas de que trata a alínea anterior poderão ser promovidas unilateralmente pela Administração, nos termos do art. 124, inciso I, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, observado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 125 da mesma Lei.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

e.2) As alterações quantitativas não poderão transfigurar o objeto da contratação, nos termos do art. 126 da Lei Federal nº 14.133/2021.

e.3) Sempre que a alteração quantitativa implicar aumento ou diminuição dos encargos da contratada, a Administração deverá promover, no mesmo termo aditivo, o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do art. 130 da Lei Federal nº 14.133/2021.

e.4) A formalização do termo aditivo constitui condição para a execução das prestações decorrentes da alteração quantitativa, nos termos do art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021, ressalvada hipótese de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, na forma da lei.

5.5.1.2. Condições ambientais e operacionais: As condições de execução dos serviços deverão considerar as características ambientais, operacionais e institucionais das instalações da Câmara Municipal de Cubatão, de modo a assegurar planejamento adequado das intervenções, preservação da continuidade operacional, manutenção da vida útil dos equipamentos e garantia da salubridade dos ambientes climatizados.

5.5.1.2.1. As instalações da Câmara Municipal de Cubatão estão localizadas em ambiente urbano com características típicas da região, incluindo variações de temperatura, umidade e influência de poluentes atmosféricos, fatores que podem impactar diretamente o desempenho dos sistemas de climatização e a frequência das manutenções; adicionalmente, trata-se de ambiente com ocupação contínua e concentração significativa de pessoas em determinados espaços, como plenário, setores administrativos e áreas de atendimento, o que exige elevado padrão de confiabilidade, desempenho térmico e qualidade do ar interior.

5.5.1.2.2. A execução dos serviços deverá observar as normas técnicas e a legislação sanitária aplicáveis, especialmente no que se refere à manutenção de sistemas de climatização, qualidade do ar interior, segurança em instalações elétricas e boas práticas de engenharia, devendo ainda considerar a necessidade de compatibilização das intervenções com a rotina administrativa e legislativa da Câmara, as condições específicas de acesso



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

às dependências, os procedimentos internos de segurança e a necessidade de atuação programada em ambientes críticos ou de maior circulação.

5.5.1.3. Modelo de prestação de serviço:

- a) serviços contínuos remunerados por valor fixo mensal, incluindo manutenção preventiva, execução do PMOC, fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e insumos necessários às rotinas ordinárias;
- b) serviços de manutenção corretiva, acionados sob demanda, compreendendo diagnóstico técnico, reparos, ajustes e regulagens, cuja mão de obra já está integralmente incluída na parcela mensal da contratação, não sendo objeto de pagamento adicional, ficando a substituição de peças e componentes condicionada ao fornecimento do item pela Administração, na forma deste Termo de Referência;
- c) realização periódica de laudos de análise da qualidade do ar interior, com frequência mínima semestral, conforme previsto neste Termo de Referência e nas normas técnicas aplicáveis;
- d) as peças, acessórios e componentes, quando necessários à manutenção corretiva, não integram a parcela fixa da contratação nem serão objeto de reembolso à contratada, cabendo à Administração seu fornecimento, após análise da necessidade da substituição e instrução técnica adequada.
- e) os filtros descartáveis, elementos filtrantes e materiais correlatos necessários às rotinas ordinárias de manutenção preventiva não integram parcela autônoma da contratação, considerando-se abrangidos pelo valor fixo mensal, ressalvadas apenas hipóteses excepcionais de substituição de componentes estruturais do sistema de filtragem ou de filtros especiais não usuais, desde que tecnicamente justificadas e previamente autorizadas pela Administração.

5.6. Especificação da garantia do serviço

5.6.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7. Procedimentos de transição e finalização do contrato



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.7.1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.7.1.1. Ao final do contrato, a contratada deverá realizar a transição contratual com a transferência de todo o conhecimento técnico, informações operacionais, metodologias e procedimentos empregados na execução dos serviços. Deverá entregar à Câmara Municipal de Cubatão um conjunto completo de dados operacionais, contendo, no mínimo:

- a) todos os relatórios de manutenção preventiva e corretiva realizados durante a vigência contratual;
- b) registros e histórico completo do Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC, devidamente atualizados;
- c) histórico técnico individualizado dos equipamentos;
- d) registros de medições, inspeções e intervenções realizadas;
- e) relação das peças, acessórios e componentes substituídos durante a vigência contratual, com respectivas justificativas técnicas e registros de instalação;
- f) recomendações técnicas para continuidade da manutenção;
- g) manuais, instruções operacionais e demais documentos técnicos pertinentes aos sistemas de climatização;

5.7.1.2. A contratada deverá cooperar plenamente com a equipe da Câmara Municipal de Cubatão ou com a nova empresa que venha a sucedê-la na prestação dos serviços, incluindo participação em reuniões de transição, disponibilização de esclarecimentos técnicos, apresentação dos procedimentos adotados na execução do contrato e compartilhamento do histórico de manutenção dos equipamentos e dos registros do Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC, de modo a garantir a continuidade operacional dos sistemas de climatização sem prejuízo à Administração.

5.7.1.3. Nos últimos 30 (trinta) dias de vigência do contrato, a contratada deverá apresentar relatório técnico final consolidado, contendo diagnóstico do estado geral de conservação dos equipamentos e sistemas de climatização, avaliação do desempenho operacional dos sistemas, histórico das intervenções corretivas realizadas, identificação de eventuais pendências ou riscos operacionais e



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

recomendações técnicas para o próximo ciclo de manutenção, incluindo prioridades de intervenção e melhorias necessárias.

5.8. Mecanismos formais de comunicação

5.8.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a contratante e a contratada, os seguintes:

5.8.1.1. Ordem de Execução de Serviços;

5.8.1.2. ata de reunião;

5.8.1.3. ofício;

5.8.1.4. sistema de abertura de chamados;

5.8.1.5. e-mails e mensagens por aplicativo de mensagens instantâneas;

5.8.1.6. chamadas telefônicas;

5.8.1.7. publicação em Diário Oficial Eletrônico do Município de Cubatão.

5.8.2. Os chamados para atendimento de manutenção corretiva serão formalizados pelo fiscal técnico do contrato, por e-mail institucional, sistema de abertura de chamados ou telefone institucional disponibilizados pela contratada, devendo conter, sempre que possível, a identificação do equipamento, o local de instalação, a descrição sumária da ocorrência, a data e o horário da constatação e a classificação da criticidade do atendimento.

5.8.2.1. A contratada deverá acusar o recebimento do chamado em até 2 (duas) horas, quando se tratar de falha crítica, e até 4 (quatro) horas úteis, nos demais casos, informando número de protocolo ou registro equivalente e a previsão de atendimento inicial, sem prejuízo da observância dos prazos contratuais.

5.8.2.2. O encerramento do atendimento corretivo somente será considerado regular após a apresentação do relatório técnico correspondente e a verificação, pelo fiscal técnico, do restabelecimento das condições normais de funcionamento do equipamento ou sistema atendido.

5.8.3. Cada atendimento realizado deverá gerar relatório técnico específico, contendo, no mínimo, data e horário do atendimento, identificação do equipamento e do ambiente



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

atendido, descrição do diagnóstico realizado, providências adotadas e identificação do profissional responsável pela execução do serviço.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com este Termo de Referência e com as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, inclusive quanto à qualidade técnica dos serviços prestados e ao cumprimento das obrigações assumidas.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Câmara e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, observadas as formas previstas no subitem 5.8. deste Termo de Referência.

6.3.1. A contratada deverá manter seu(s) endereço(s) de e-mail(s) atualizado(s) nesta Câmara Municipal de Cubatão e estar ciente de que eventuais notificações e comunicações formais serão efetuadas no(s) endereço(s) de e-mail(s) constantes da sua proposta ou dos dados eventualmente constantes do SICAF. Caso a contratada não seja localizada através de tais dados, será notificada pelo Diário Oficial Eletrônico do Município de Cubatão (endereço eletrônico <https://diariooficial.cubatao.sp.gov.br/>), meio oficial de publicação e de eventual divulgação de atos processuais e administrativos, bem como das comunicações em geral entre as partes.

6.4. A Câmara Municipal de Cubatão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o gestor do contrato poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. Preposto



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.5.1. A contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.5.2. A contratada não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.5.3. A contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.6. O contrato será gerenciado e fiscalizado por servidores formalmente designados pela Câmara, aos quais caberá a observância do ajuste, zelando para que o objeto seja executado nos exatos termos pactuados.

6.7. Fiscalização

6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.8. Fiscal técnico

6.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.8.7. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas, a serem desempenhadas pelo fiscal técnico do contrato, sem prejuízo de outras necessárias ao fiel cumprimento do objeto:

6.8.7.1. Verificação da conformidade técnica e da qualidade do objeto:

a) aferir, de forma contínua, se a execução dos serviços corresponde exatamente às especificações, quantidades, prazos e padrões de qualidade definidos no Termo de Referência e na proposta da contratada;

b) realizar inspeções periódicas, programadas e não programadas, nos locais de prestação dos serviços para avaliar a metodologia empregada, a performance dos equipamentos e a qualidade dos resultados parciais e finais;

c) analisar criticamente os relatórios, medições e demais documentos técnicos apresentados pela contratada, confrontando-os com os resultados observados em campo e com os dados de sistemas de monitoramento, quando houver;

d) acompanhar a execução de testes, ensaios e demais provas de conformidade exigidas no contrato, atestando seus resultados;

e) rejeitar, mediante registro fundamentado no histórico de gerenciamento do contrato, os serviços executados em desacordo com as normas contratuais, e notificar a contratada para a imediata correção, nos termos do subitem 6.8.3.

f) ao identificar defeito, falha, anormalidade, perda de desempenho ou indício de necessidade de manutenção corretiva em qualquer equipamento ou sistema de distribuição de ar, o fiscal técnico do contrato deverá acionar formalmente a contratada, pelos meios de comunicação previstos neste Termo de Referência, para solicitar vistoria técnica, verificação do defeito e, quando cabível, a execução da manutenção corretiva, promovendo o devido registro da ocorrência, a classificação da criticidade do atendimento e o acompanhamento do cumprimento dos prazos contratuais.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

g) acompanhar a recorrência de falhas e defeitos por equipamento, registrando o histórico das ocorrências e propondo ao gestor do contrato, quando necessário, medidas preventivas, ajustes no PMOC, revisão de rotinas de manutenção ou outras providências destinadas à redução de indisponibilidades e à preservação da vida útil dos equipamentos

h) acompanhar os testes de funcionamento após a execução da manutenção corretiva, inclusive nos casos de substituição de peças ou componentes, somente atestando a conformidade técnica do serviço quando verificado o adequado restabelecimento da operação do equipamento ou sistema atendido;

i) analisar, nos casos de necessidade de substituição de peças, o laudo técnico de diagnóstico e a requisição técnica apresentada pela contratada, verificando a suficiência das informações, a necessidade da substituição e a adequação da instrução administrativa, com encaminhamento ao gestor do contrato ou a apoio técnico quando a matéria exigir avaliação especializada.

6.8.7.2. Monitoramento do cumprimento das obrigações de sustentabilidade:

a) inspecionar a correta separação, acondicionamento e destinação dos resíduos sólidos gerados pela execução do serviço, exigindo da contratada os comprovantes de destinação ambientalmente adequada (por exemplo, manifestos de transporte, certificados de destruição ou reciclagem), em conformidade com a legislação vigente e o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS aplicável;

b) verificar o cumprimento das práticas de uso racional de recursos, como água e energia elétrica, e a adoção de medidas para evitar o desperdício durante a prestação dos serviços;

c) fiscalizar se os produtos, materiais e equipamentos empregados pela contratada atendem aos critérios de sustentabilidade especificados no termo de referência (por exemplo, serem atóxicos, biodegradáveis, reciclados, de baixo consumo energético), por meio da verificação de rótulos, certificações e notas fiscais;

d) aferir o cumprimento das obrigações de logística reversa, quando aplicável ao objeto, exigindo os documentos que comprovem a devolução de produtos e embalagens aos fabricantes ou sistemas designados.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.8.7.3. Controle dos recursos humanos e materiais alocados:

- a) conferir, por amostragem ou de forma contínua, a adequação e o quantitativo da equipe da contratada alocada à execução dos serviços, verificando se as qualificações e certificações profissionais correspondem às exigidas no contrato;
- b) assegurar que os empregados da contratada utilizem todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs) necessários à segurança na execução dos serviços, em conformidade com as Normas Regulamentadoras;
- c) inspecionar a qualidade, a adequação e o estado de conservação das ferramentas, instrumentos e equipamentos utilizados pela contratada, rejeitando aqueles que possam comprometer a segurança ou a qualidade dos serviços;
- d) manter registro de toda a documentação comprobatória apresentada pela contratada relativa aos recursos alocados, incluindo folhas de ponto, certificados de treinamento e notas fiscais de materiais.

6.8.8. Para a execução eficaz das rotinas, sugere-se que o fiscal técnico se valha do seguinte conjunto de ferramentas práticas:

6.8.8.1. Listas de verificação (checklists) elaboradas com base nas rotinas do item 6.8.7 e nas especificações técnicas deste Termo de Referência, garantindo que nenhum aspecto relevante seja omitido durante as inspeções;

6.8.8.2. Registro fotográfico datado, que é uma ferramenta objetiva e de alto valor probatório para documentar as condições antes e depois de um serviço, registrar não conformidades, comprovar a correção de falhas e acompanhar o progresso da execução;

6.8.8.3. Diário de ocorrências com o histórico de gerenciamento do contrato, conforme previsto na cláusula 6.8.2, sendo o registro oficial de todos os fatos relevantes da execução contratual. Sua manutenção diligente é de suma importância legal, pois constitui a memória formal e auditável da vida do contrato;

6.8.8.4. Reuniões periódicas de acompanhamento, promovendo encontros formais com representantes da contratada para revisar o desempenho, discutir pendências,



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

alinhar expectativas e registrar decisões em ata, promovendo a comunicação e a resolução proativa de problemas.

6.8.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus gestores e fiscais, de conformidade.

6.9. Fiscal administrativo

6.9.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9.3. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.9.3.1. Acompanhamento da regularidade fiscal e trabalhista:

a) exigir e conferir, mensalmente e antes da liberação de cada pagamento, a documentação que comprove a regularidade da contratada quanto às suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, incluindo, mas não se limitando a comprovantes de pagamento de salários, benefícios, recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias relativas aos empregados alocados na execução do contrato.

6.9.3.2. Conferência para liberação do pagamento:

a) receber a nota fiscal/fatura da contratada e verificar sua conformidade com os valores e condições estabelecidos no contrato;

b) confirmar se o fiscal técnico atestou a efetiva e correta prestação dos serviços no período correspondente;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

c) assegurar que toda a documentação de regularidade (subitem 6.9.3.1) foi apresentada e está em conformidade antes de encaminhar o processo para a liquidação e o pagamento.

6.9.3.3. Verificação da manutenção das condições de habilitação:

a) realizar, em intervalos periódicos e sempre antes de eventuais prorrogações contratuais, a consulta aos sistemas pertinentes para verificar a manutenção de todas as condições de habilitação exigidas na licitação, notificando o gestor do contrato sobre qualquer irregularidade constatada.

6.10. Gestor do contrato

6.10.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.10.4. O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual e a eventuais penalidades aplicadas, devendo atestar o cumprimento das obrigações.

6.10.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.10.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.10.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Divisão de Contabilidade e Finanças para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.10.8. O gestor do contrato deverá receber e dar encaminhamento imediato:

6.10.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

6.10.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. O licitante ou a contratada que incidir nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 ficará sujeito às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com esta Câmara Municipal de Cubatão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.1.1. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Câmara.

7.1.2. As sanções previstas nos itens “a”, “c” e “d” deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.2. Na aplicação das sanções a que se refere o item 7.1, serão considerados:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

a) a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Câmara;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.2.1. São circunstâncias agravantes da sanção:

7.2.1.1. a existência de registro do licitante ou da contratada no Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções ou na Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

7.2.1.2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

7.2.1.3. a inércia deliberada do licitante ou da contratada em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

7.2.1.4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

7.2.2. São circunstâncias atenuantes da sanção:

7.2.2.1. a falha escusável do licitante ou da contratada;

7.2.2.2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou a contratada e que não sejam de fácil identificação por esses últimos;

7.2.2.3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

7.2.2.4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da respectiva conduta.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

7.3. A **advertência** será aplicada à contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Câmara.

7.4. A **multa**, aplicável à contratada ou ao licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

7.4.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada à multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

- a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;
- b) 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, corridos, aplicada em acréscimo à da alínea “a”;
- c) após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

7.4.2. A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta seção.

7.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.4.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com esta Câmara, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

7.5. A sanção de **impedimento de licitar ou contratar no âmbito desta Câmara** será aplicada à contratada ou ao licitante pelas infrações administrativas previstas nas alíneas adiante especificadas do caput do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, na seguinte conformidade:

- a) por 2 (dois) meses: deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

b) por 4 (quatro) meses: não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

c) por 1 (um) ano: dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

d) por 2 (dois) anos: dar causa à inexecução total do contrato.

7.5.1. Os prazos de que trata este item poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso pelo prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

7.6. A sanção de **declaração de inidoneidade** será aplicada à contratada ou ao licitante pelas infrações administrativas:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

f) se justificarem a imposição de penalidade mais grave:

1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

2. dar causa à inexecução total do contrato;

3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

7.6.1. A aplicação da sanção prevista neste item impedirá a contratada ou o licitante de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

7.6.1.1. O prazo a que alude este item poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos.

7.6.2. Para os fins da conduta de comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato.

7.7. A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à Procuradoria Legislativa.

7.7.1. Nas contratações em que houver prestação de garantia, os emitentes desta deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.7.2. Configurada a hipótese de aplicação de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data do recebimento da notificação, cabendo ao Gestor Legislativo da Câmara decidir sobre o sancionamento.

7.7.2.1. Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá a contratada ser comunicada de ambas as consequências da infração constatada para oportuna decisão conjunta.

7.7.3. Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

estáveis, designados por portaria do Presidente da Câmara, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a contratada para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.7.3.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação.

7.7.3.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

7.7.3.3. Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**.

7.7.3.4. Os processos de responsabilização previstos neste item deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Procuradoria Legislativa da Câmara para fins de avaliação do seu processamento e análise jurídica.

7.7.3.5. Após a manifestação da Procuradoria Legislativa, o relatório final da comissão será encaminhado ao Gestor Legislativo da Câmara, a quem compete:

- a) aplicar a sanção de impedimento de licitar e contratar;
- b) encaminhar o processo ao Presidente da Câmara, autoridade competente para aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

7.7.4. Da decisão do Gestor Legislativo da Câmara que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da intimação.

7.7.4.1. O recurso de que trata este item será dirigido ao Gestor Legislativo da Câmara, que deverá no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** proferir decisão de mérito para rever ou manter a decisão recorrida.

7.7.4.2. Caso o Gestor Legislativo da Câmara decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso ao Presidente da Câmara,



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

que decidirá sobre suas condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até **20 (vinte) dias úteis**.

7.7.5. Da decisão do Presidente da Câmara que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado de seu protocolo.

7.7.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

7.7.7. A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de notificação ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Fornecimento ou na Ordem de Execução de Serviços, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina, ou para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.7.7.1. Os endereços de e-mail referidos neste item serão considerados de uso contínuo, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.7.7.2. Resultando infrutífera a intimação por meio do endereço eletrônico, será esta efetuada por meio do Diário Oficial Eletrônico do Município de Cubatão.

7.8. A imposição das sanções previstas no presente instrumento não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Câmara Municipal de Cubatão.

7.9. Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo Municipal - CADIN Municipal e as providências de inscrição do débito na Dívida Ativa do Município para cobrança judicial.

7.10. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.13. Independentemente da instauração de processo sancionatório, o Presidente da Câmara poderá determinar, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, a suspensão preventiva e imediata do contrato, quando a medida se revelar de interesse público, uma vez avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.14. Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo na Câmara Municipal de Cubatão.

7.14.1. Considera-se dia do começo do prazo:

a) o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet;

b) a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.

7.14.2. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

7.15. Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no SICAF, na Relação de Apenados, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de **15 (quinze) dias úteis**.

7.16. É admitida a reabilitação do licitante ou da contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

7.16.1. A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

7.17. Os débitos da contratada para com a Câmara Municipal de Cubatão, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com a contratante.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Recebimento

8.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante Termos de Recebimento Provisórios detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.1.2. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.1.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante Termo de Recebimento Provisório contendo, no mínimo, os seguintes elementos:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.1.3.1. os números do Processo de Compra e do instrumento contratual que rege a prestação dos serviços;

8.1.3.2. o objeto da contratação;

8.1.3.3. a identificação da contratada, com a indicação do CNPJ;

8.1.3.4. os dados da solicitação da contratada, contendo o período de referência ou a medição, bem como o valor apresentado;

8.1.3.5. o ateste de que os serviços referentes ao período ou medição:

a) foram prestados ou não em conformidade com as especificações de qualidade e quantidade exigidas no Termo de Referência e no instrumento contratual;

b) tiveram os testes de campo e ensaios exigidos concluídos ou não, quando aplicável;

c) tiveram ou não os Manuais e Instruções pertinentes entregues, quando aplicável;

d) tiveram ou não, quando aplicável ao evento de liquidação, a OES correspondente, o relatório mensal do PMOC, o laudo técnico de diagnóstico corretivo, o relatório de execução do serviço, o relatório de instalação da peça disponibilizada pela Administração, quando houver, e os relatórios de ensaio e técnico da análise de qualidade do ar;

e) tiveram os documentos de procedência legal de produtos florestais e Certificado de Destinação Final de resíduos sólidos da construção civil apresentados ou não, no caso de obras e serviços de engenharia, quando aplicável.

8.1.3.6. descrição de ocorrências técnicas na hipótese de a aprovação dos serviços ter ocorrido com ressalvas ou no caso de serviços rejeitados;

8.1.3.7. indicação final se recebe ou não provisoriamente os serviços, sob o ponto de vista técnico, indicando a necessidade de a contratada ser notificada para sanar as eventuais pendências apontadas, quando for o caso;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.1.3.8. a data e a identificação, com nome e matrícula, do Fiscal Técnico e a respectiva assinatura.

8.1.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante Termo de Recebimento Provisório contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

8.1.4.1. os números do Processo de Compra e do instrumento contratual que rege a prestação dos serviços;

8.1.4.2. o objeto da contratação;

8.1.4.3. a identificação da contratada, com a indicação do CNPJ;

8.1.4.4. o ateste de que a documentação e as obrigações administrativas referentes à habilitação exigida no Termo de Referência estão em conformidade ou não com as exigências contratuais, indicando as eventuais pendências que devem ser sanadas pela contratada;

8.1.4.5. descrição de ocorrências administrativas na hipótese de a aprovação documental ter ocorrido com ressalvas ou no caso de documentação rejeitada;

8.1.4.6. indicação final se recebe ou não provisoriamente a documentação, sob o ponto de vista administrativo, indicando a necessidade de a contratada ser notificada para sanar as eventuais pendências apontadas, quando for o caso;

8.1.4.7. a data e a identificação, com nome e matrícula, do Fiscal Administrativo e a respectiva assinatura.

8.1.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.1.6. Para efeito de recebimento provisório e faturamento, será considerado:

a) os serviços contínuos incluídos no preço mensal, abrangendo manutenção preventiva, corretiva ordinária, PMOC, relatórios mensais e demais rotinas previstas neste Termo de Referência, serão aferidos por competência mensal;

b) a parcela correspondente à avaliação da qualidade do ar interior, embora integrada ao valor mensal do item, somente será considerada definitivamente



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

cumprida após a realização de cada análise semestral e a entrega dos relatórios exigidos neste Termo de Referência;

c) caso os relatórios semestrais da qualidade do ar interior não sejam entregues no prazo, a Administração poderá glosar os valores correspondentes a essa parcela, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

d) quando houver substituição autorizada de peça ou componente, a execução do serviço corretivo deverá ser aferida com base na regular instalação do item disponibilizado pela Administração, vedada qualquer cobrança adicional de mão de obra além da parcela fixa contratual.

8.1.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega, pelos Fiscais da contratação, do Termo de Recebimento Provisório ou, havendo mais de um, com a entrega do último, ao Gestor da contratação.

8.1.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo de Recebimento Provisório deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação às fiscalizações técnica e administrativa, contendo os elementos referidos nos itens 8.1.3. e 8.1.4., devendo encaminhá-lo ao Gestor da contratação

8.1.9. A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.1.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.1.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.1.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.1.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da entrega do(s) Termo(s) de Recebimento Provisório(s), após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação.

8.1.14. Para o recebimento definitivo, o Gestor da contratação deverá cumprir os seguintes procedimentos:

8.1.14.1. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas;

8.1.14.2. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

8.1.14.3. emitir Termo de Recebimento Definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.1.14.4. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

8.1.14.5. enviar o Termo de Recebimento Definitivo e a documentação pertinente à Divisão de Contabilidade e Finanças para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e por ele aprovado.

8.1.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

8.1.15.1. Nesta hipótese, o Gestor da contratação comunicará à contratada para que emita nota fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.1.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.1.17. O Termo de Recebimento Definitivo, a ser emitido pelo Gestor da contratação, deverá conter os seguintes elementos, no mínimo:

8.1.17.1. os números do Processo de Compra e do instrumento contratual que rege a prestação dos serviços;

8.1.17.2. o objeto da contratação;

8.1.17.3. a identificação da contratada, com a indicação do CNPJ ou do CPF, conforme o caso;

8.1.17.4. a indicação do número da nota de empenho correspondente;

8.1.17.5. a descrição dos serviços prestados pela contratada, com a referência ao período de execução ou à medição específica;

8.1.17.6. as declarações expressas sobre:

a) se a execução ocorreu com ou sem intercorrências e em conformidade com os indicadores de desempenho definidos, bem como se houve saneamento das eventuais inconsistências apuradas ou abertura de procedimento de aplicação de penalidades;

b) se foram identificadas ou não irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, bem como se foram devidamente corrigidas pela contratada após notificação formal, se for o caso;

c) o aceite de que os serviços foram prestados em conformidade com os requisitos de qualidade e quantidade estabelecidos no instrumento contratual e no Termo de Referência;

d) a indicação do valor exato dimensionado pela fiscalização e aprovado para o período ou medição em referência.

8.1.17.7. na hipótese de parte dos serviços não ter sido recebida por questões controversas ainda em análise, indicar a respectiva descrição e a parcela envolvida



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

sobre a não conformidade, bem como a situação em que se encontra a resolução da questão;

8.1.17.8. a data e a identificação, com nome e matrícula, do Gestor da contratação e a respectiva assinatura.

8.1.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.2.2. Para fins de liquidação, o documento de cobrança deverá conter os elementos essenciais à sua validade, incluindo:

8.2.2.1. a data de emissão e o prazo de validade, se aplicável;

8.2.2.2. a identificação do instrumento contratual e da Câmara;

8.2.2.3. a descrição do objeto executado, com o respectivo período de execução;

8.2.2.4. o valor a pagar, expresso em algarismos e por extenso;

8.2.2.5. o destaque dos valores de eventuais retenções tributárias.

8.2.3. Caberá ao Gestor da contratação, com o auxílio do Fiscal Administrativo se necessário, aferir os elementos referidos no item 8.2.2.

8.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

8.2.5. A nota fiscal, ou instrumento de cobrança equivalente, antes de ser encaminhada à Divisão de Contabilidade e Finanças deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, a ser constatada pelo Gestor da contratação, com o auxílio do Fiscal Administrativo se necessário, por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

referido sistema, mediante consulta direta aos sítios eletrônicos dos órgãos emissores das certidões ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, qual seja:

- a) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) a regularidade perante a Fazenda federal e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, a saber, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

8.2.6. O Gestor da contratação, com o auxílio do Fiscal Administrativo se necessário, também deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível razão que impeça a contratada de participar de licitação ou contratação no âmbito da Câmara, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.7. Constatada a irregularidade da contratada quanto às condições de habilitação, será instaurado o seguinte procedimento:

- 8.2.7.1. a contratada será notificada pelo Gestor da contratação para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularizar sua situação ou apresentar defesa;
- 8.2.7.2. o prazo do item 8.2.7.1. poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Gestor da contratação;
- 8.2.7.3. se apresentada defesa pela contratada, o Gestor da contratação poderá submetê-la à apreciação da Procuradoria Legislativa, caso necessário, antes de proferir a sua decisão;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.2.7.4. decorrido o prazo sem a regularização ou sendo a defesa julgada improcedente pelo Gestor da contratação, este deverá deflagrar o processo de aplicação das sanções cabíveis, nos termos deste Termo de Referência;

8.2.7.5. em caso de irregularidade fiscal, os órgãos responsáveis pela fiscalização tributária serão comunicados quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

8.2.7.6. se houver decisão pela rescisão contratual, serão adotadas as medidas para sua formalização, garantido o contraditório e a ampla defesa, nos termos previstos neste Termo de Referência.

8.2.8. A existência de irregularidade não obstará o pagamento correspondente à contraprestação já executada e atestada, a fim de evitar o enriquecimento ilícito da Administração, sem prejuízo da instauração do processo sancionatório.

8.2.9. A constatação de erro ou de irregularidade no documento de cobrança ou na documentação comprobatória da execução suspende o prazo para a liquidação da despesa até a respectiva regularização pela contratada.

8.2.9.1. A suspensão de que trata este item não gerará qualquer ônus, a título de atualização monetária, juros ou multa, para a Câmara, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.3.1.1. A parcela fixa mensal da contratação será paga mensalmente, em relação à competência imediatamente anterior à da cobrança, após o recebimento definitivo dos serviços correspondentes, a emissão da nota fiscal ou fatura no valor dimensionado pela fiscalização e a finalização da liquidação da despesa.

8.3.2. No caso de atraso do pagamento pela Câmara, não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações principais ou acessórias por parte da contratada, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA.

8.4. Forma de pagamento



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. A Divisão de Contabilidade e Finanças realizará as retenções tributárias na fonte em estrita observância aos percentuais, fatos geradores e bases de cálculo definidos pela legislação federal, estadual e municipal vigente na data do pagamento, observando-se o seguinte:

8.4.4.1. a obrigação de retenção pela Câmara observará exclusivamente o mandamento legal, independentemente de eventuais erros ou omissões nos percentuais de tributos indicados na planilha de custos da contratada.

8.4.4.2. caso sejam identificadas divergências entre os percentuais de tributos indicados na planilha da contratada e aqueles exigidos pela legislação, o Gestor da contratação instaurará procedimento para o saneamento do erro, conforme o fluxo a seguir previsto, visando apurar e corrigir eventual sobrepreço ou desequilíbrio contratual, sem prejuízo da retenção imediata do valor legalmente devido:

8.4.4.2.1. identificada a divergência ao comparar a nota fiscal, a planilha de custos e a legislação tributária aplicável, a Divisão de Contabilidade e Finanças suspende o pagamento do valor líquido até a análise, mas já define que a retenção será feita com base no percentual correto, legalmente previsto, e não no da planilha apresentada;

8.4.4.2.2. a divergência será comunicada ao Gestor da contratação, que deverá providenciar, junto à contratada, o respectivo saneamento;

8.4.4.2.3. o Gestor da contratação notificará formalmente a contratada sobre a divergência identificada, solicitando que ela se manifeste, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre o erro em sua planilha;

8.4.4.2.4. caso a contratada conteste o entendimento da Divisão de Contabilidade e Finanças e apresente defesa, a análise do Gestor da



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

contratação, após ouvida a Procuradoria Legislativa se for o caso, poderá seguir três caminhos possíveis:

a) em se tratando de retenção de tributo inferior à prevista na legislação vigente, configura-se erro inescusável da contratada na formulação de sua proposta ou na elaboração de sua planilha, de modo que a Câmara não poderá corrigir os valores envolvidos para pagar a maior à contratada, hipótese em que a Câmara deverá reter o valor legal correto, sendo o valor líquido a ser pago à contratada menor do que foi calculado em sua proposta ou sua planilha, e o Gestor da contratação notificará a contratada de que o erro é de sua responsabilidade e que a retenção será feita pelo valor legal, impactando o valor líquido a receber;

b) em se tratando de retenção de tributo superior à prevista na legislação vigente, configura-se sobrepreço no contrato, decorrente de erro na proposta, e enriquecimento ilícito da contratada, de modo que a Câmara não poderá pagar por um custo que não existe, hipótese em que a Câmara reterá o valor legal e o valor bruto da contratação deverá ser reduzido para expurgar o valor cotado a maior, sem que se considere uma revisão por desequilíbrio, mas a correção de um erro material que gerou sobrepreço, devendo o Gestor da contratação notificar a contratada para, com base na análise, celebrar um Termo Aditivo de Supressão ou Termo de Apostilamento, se entendido como mera correção de erro material que não altera o objeto, para reduzir o valor global e mensal do contrato, expurgando o percentual excedente;

c) acatar a defesa da contratada e processar o pagamento nos moldes originalmente encaminhados.

8.4.4.2.5. o Presidente da Câmara deverá, se assim entender, ratificar a decisão do Gestor da contratação e determinar à Divisão de Contabilidade a realizar os pagamentos futuros com base na decisão, seja retendo a maior na hipótese de tributo cotado a menor, seja glosando o valor bruto na hipótese de tributo cotado a maior, seja considerando o valor correto inicialmente apresentado;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.4.4.2.6. o procedimento de saneamento, caso tenha ocorrido apartado do processo principal de pagamento, deve a este ser anexado após a finalização.

8.4.5. O pagamento à contratada que se enquadre como optante pelo Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, observará as seguintes regras de retenção tributária:

8.4.5.1. em conformidade com a legislação federal, em especial a Instrução Normativa SRF nº 765/2007 e demais entendimentos da Receita Federal do Brasil, a contratada optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção na fonte do Imposto de Renda - IRRF, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS;

8.4.5.2. o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN devido pela contratada optante pelo Simples Nacional será retido e recolhido pela Câmara, na qualidade de substituto tributário, por força do disposto no art. 42-A da Lei Municipal nº 1.383, de 29 de junho de 1983 - Código Tributário Municipal de Cubatão, com redação dada pela Lei Complementar nº 95/2017, e em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 116/2003 e a Resolução CGSN nº 140/2018.

8.4.6. Para fins de correto faturamento e pagamento, a contratada optante pelo Simples Nacional obriga-se a:

8.4.6.1. apresentar, juntamente com cada nota fiscal, documento oficial que comprove sua opção e enquadramento vigentes no regime no mês de competência da prestação do serviço;

8.4.6.2. destacar, de forma clara e inequívoca, no campo de informações complementares ou de dados adicionais da Nota Fiscal de Serviço eletrônica - NFS-e, a alíquota efetiva do ISSQN aplicável à sua faixa de faturamento no Simples Nacional, nos termos da Resolução CGSN nº 140/2018, para fins de retenção pelo tomador.

8.4.7. A ausência do documento comprobatório do enquadramento no Simples Nacional impedirá o pagamento e sujeitará a contratada às regras de retenção aplicáveis às empresas do regime geral de tributação, de lucro presumido/real.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.4.8. A ausência da informação da alíquota de ISS na nota fiscal não impedirá o pagamento, mas implicará, como medida de prudência e proteção ao erário, a retenção do ISSQN com base na alíquota máxima permitida pela Lei Complementar nº 116/2003, fixada em 5% (cinco por cento) sobre o valor do serviço, não cabendo à contratada qualquer reclamação posterior contra a Câmara.

8.5. Reajuste

8.6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, a saber, **11.03.2026**.

8.6.2. Após o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, da seguinte fórmula polinomial, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade:

$$R = \left[P_1 \cdot \left(\frac{IS}{IS_0} \right) + P_2 \cdot \left(\frac{IE}{IE_0} \right) + P_3 \cdot \left(\frac{IPCA}{IPCA_0} \right) \right] - 1$$

Substituindo os pesos P_1 , P_2 e P_3 pelos valores especificados (0,50, 0,30 e 0,20), a fórmula fica:

$$R = \left[0,50 \cdot \left(\frac{IS}{IS_0} \right) + 0,30 \cdot \left(\frac{IE}{IE_0} \right) + 0,20 \cdot \left(\frac{IPCA}{IPCA_0} \right) \right] - 1$$

Legenda:

R : Percentual de reajuste a ser aplicado.

IS : Número-índice do Índice Nacional de Custo da Construção - INCC (FGV) no mês do reajuste.

IS_0 : Número-índice do Índice Nacional de Custo da Construção - INCC (FGV) no mês da data-base do orçamento.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

IE: Número-índice do Índice de Preços ao Produtor - IPP (IBGE) para "Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos" no mês do reajuste.

*IE*₀: Número-índice do Índice de Preços ao Produtor - IPP (IBGE) no mês da data-base do orçamento.

IPCA: Número-índice do IPCA (IBGE) no mês do reajuste.

*IPCA*₀: Número-índice do IPCA (IBGE) no mês da data-base do orçamento.

*P*₁: Peso da mão de obra (0,50).

*P*₂: Peso de equipamentos/materiais (0,30).

*P*₃: Peso de custos gerais (0,20).

Descrição textual da fórmula: o percentual de reajuste "R" é igual ao resultado da soma de três parcelas, subtraído de 1. A primeira parcela é o peso *P*₁ multiplicado pela divisão do índice *IS* atual pelo *IS* inicial. A segunda parcela é o peso *P*₂ multiplicado pela divisão do índice *IE* atual pelo *IE* inicial. A terceira parcela é o peso *P*₃ multiplicado pela divisão do índice *IPCA* atual pelo *IPCA* inicial.

8.6.2.1. Justificativa para proposição da fórmula de reajuste:

8.6.2.1.1. A definição de critério de reajuste é exigida pela Lei nº 14.133/2021 e é essencial para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao longo de sua vigência contratual. Escolher um mecanismo de reajuste que reflita com precisão a variação dos custos do objeto contratado é fundamental para garantir a exequibilidade do serviço, a justiça entre as partes e a proteção do interesse público. Essa medida evita distorções que poderiam tornar o contrato inexecutável para a contratada ou excessivamente oneroso para a Administração.

8.6.2.1.2. Considerando que o objeto possui composição econômica heterogênea (manutenção preventiva e corretiva ordinária, PMOC, relatórios mensais e análises semestrais de avaliação da qualidade do ar interior), o reajustamento em sentido estrito observará a estrutura real de custos do objeto, adotando índices oficiais compatíveis com a natureza dos respectivos insumos.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.6.2.1.3. Um índice geral de preços ao consumidor, como o IPCA, reflete a inflação de uma cesta de consumo familiar e não captura adequadamente a variação dos custos específicos de insumos empresariais e mão de obra especializada. O Tribunal de Contas da União - TCU, no Acórdão 916/205 - Plenário, assentou que, para objetos complexos, a adoção de uma "cesta de índices" é a solução que melhor minimiza distorções

8.6.2.1.4. Dessa forma, a adoção de uma fórmula polinomial que pondera diferentes índices específicos é a maneira tecnicamente mais precisa e juridicamente mais segura, pois permite que o reajuste contratual acompanhe a variação real da estrutura de custos do serviço.

8.6.2.1.5. A fórmula proposta reflete os três principais grupos de custos do serviço, com a seguinte composição e justificativa:

8.6.2.1.5.1. Índice para mão de obra (peso de 50%): Índice Nacional de Custo da Construção (INCC/FGV), uma vez que a mão de obra representa o componente de maior peso na prestação de serviços técnicos. O INCC é um índice setorial amplamente reconhecido que, embora focado na construção civil, reflete a variação dos custos de salários de categorias profissionais técnicas (engenheiros, técnicos, eletricitistas), sendo um parâmetro adequado e usual em contratos de engenharia e manutenção para representar a variação dos custos com pessoal.

8.6.2.1.5.2. Índice para equipamentos e materiais (peso de 30%): Índice de Preços ao Produtor (IPP/IBGE) para "Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos", considerando que esse componente de custo abrange desde ferramentas de diagnóstico até materiais de consumo. O IPP, apurado pelo IBGE, mede a variação dos preços "na porta da fábrica", ou seja, sem a influência de impostos e fretes que incidem sobre o consumidor final. A escolha da atividade específica de "Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos" confere alinhamento a esse item de custo, refletindo com precisão a variação dos preços dos equipamentos e componentes elétricos que a contratada utiliza.

8.6.2.1.5.3. Índice para custos gerais (peso de 20%): Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), uma vez que custos



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

como aluguel, transporte, seguros e despesas administrativas gerais são melhor representados por um índice de inflação amplo e estável. O IPCA, por ser o índice oficial de inflação do país e menos volátil que outros índices gerais, é o indicador mais apropriado para corrigir essa parcela dos custos, conforme admitido pela jurisprudência do TCU em caráter complementar.

8.6.2.1.6. Os pesos de 50% para mão de obra, 30% para equipamentos/materiais e 20% para custos gerais foram definidos com base na análise da estrutura de custos típica para serviços de natureza técnica e especializada, onde a mão de obra é o fator preponderante.

8.6.3. Os reajustes subsequentes ao primeiro obedecerão ao mesmo critério e à mesma periodicidade mínima de 12 (doze) meses, considerando como nova data-base o mês em que foi aplicado o último reajuste.

8.6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. A contratada será selecionada por meio da realização de procedimento de **pregão**, na **forma eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço do lote**.

9.2. Regime de execução



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

9.2.1. O regime de execução do objeto será misto, combinando empreitada por preço global para os serviços contínuos e empreitada por preço unitário para os serviços sob demanda, na seguinte forma:

9.2.1.1. empreitada por preço global para os serviços de natureza contínua e de escopo predefinido, compreendendo a manutenção preventiva dos sistemas de climatização, a execução da manutenção corretiva no que se refere à mão de obra necessária ao diagnóstico de falhas, reparos, ajustes e regulagens, a elaboração, implantação e execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC, bem como o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e insumos inerentes à manutenção preventiva, além da execução das rotinas periódicas estabelecidas neste Termo de Referência, cuja remuneração se dará por valor fixo mensal;

9.2.1.2. os serviços de manutenção corretiva possuem natureza eventual e imprevisível quanto à ocorrência de falhas, sendo acionados mediante demanda da Administração, por meio de Ordem de Execução de Serviço - OES, estando integralmente incluída na parcela mensal a mão de obra necessária à sua execução, não sendo devido qualquer pagamento adicional a esse título, devendo a contratada realizar o diagnóstico, os reparos, ajustes, regulagens e demais intervenções necessárias ao restabelecimento do funcionamento dos equipamentos, sempre que tecnicamente possível;

9.2.1.3. os serviços de análise da qualidade do ar interior serão executados com periodicidade mínima semestral, incluindo coleta de amostras, análises laboratoriais e emissão de laudos técnicos, conforme as normas aplicáveis, integrando economicamente o item fixo mensal da contratação, sem pagamento autônomo por análise, observados os critérios de aferição, glosa e liquidação previstos neste Termo de Referência.

9.2.1.4. As peças, acessórios e componentes necessários às manutenções corretivas não integram a parcela fixa da contratação nem serão remunerados por reembolso, cabendo à Administração seu fornecimento, mediante prévia análise da necessidade por meio de laudo técnico ou requisição técnica apresentada pela contratada, nos termos deste Termo de Referência.

9.3. Critérios de aceitabilidade dos preços



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

9.3.1. Para o item 1, que constitui o item fixo único da contratação, o critério de aceitabilidade observará o valor total estimado de **R\$ 266.878,88 (duzentos e sessenta e seis mil, oitocentos e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos)**, correspondente ao preço mensal estimado calculado pela divisão do valor fixo anual por 12 (doze) competências, na forma da memória de cálculo constante dos autos.

9.3.2. Não haverá critério de aceitabilidade de preços para peças, acessórios e componentes de reposição no âmbito da presente licitação, por não integrarem o objeto econômico da contratação, cabendo à Administração seu fornecimento em procedimento próprio, quando necessária a substituição.

9.3.3. A necessidade de fornecimento de peças, acessórios e componentes destinados às manutenções corretivas não gera direito subjetivo à sua aquisição automática, ficando condicionada à efetiva necessidade, à comprovação técnica e à instrução administrativa correspondente.

9.4. Exigências de habilitação

9.4.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.4.1.1. Habilitação jurídica

9.4.1.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.1.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.4.1.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência,



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.4.1.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.4.1.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei Federal n. 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.4.1.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.4.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

9.4.1.2.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.4.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.1.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.1.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.4.1.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.1.2.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.4.1.3. Qualificação econômico-financeira

9.4.1.3.1. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.4.1.3.1.1. Se um licitante apresentar certidão positiva de recuperação judicial, não deve ser inabilitado de imediato. O Pregoeiro deverá proceder a uma diligência para verificar a situação jurídica da empresa. O licitante deverá ser notificado para apresentar o plano de recuperação judicial e a respectiva certidão da instância judicial competente que comprove a homologação do plano e sua aptidão para participar do certame. Somente após a ausência de resposta ou a



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

verificação de que o plano não foi homologado, a inabilitação poderá ser justificada com base na ausência de viabilidade econômica demonstrada.

9.4.1.3.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.4.1.3.3. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.**

9.4.1.3.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.4.1.3.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.4.1.3.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.4.1.3.7. A exigência de comprovação de qualificação econômico-financeira é uma medida de cautela indispensável para assegurar a execução satisfatória do objeto contratual. Fundamenta-se na necessidade da Câmara de reduzir riscos relevantes que podem comprometer um ativo público de alto valor e a continuidade de um serviço essencial.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

9.4.1.3.7.1. A análise dos documentos do processo revela os seguintes pontos críticos que justificam a exigência:

9.4.1.3.7.1.1. O objeto envolve a manutenção continuada de parque instalado com 101 equipamentos de climatização de capacidades e tipologias distintas, essenciais ao funcionamento administrativo e legislativo da Câmara, à salubridade dos ambientes e à preservação do patrimônio público.

9.4.1.3.7.1.2. A interrupção da execução contratual compromete a permanência do PMOC, o atendimento corretivo em prazo adequado e a qualidade do ar interior, com reflexos operacionais, sanitários e patrimoniais.

9.4.1.3.7.1.3. A exigência de qualificação econômico-financeira busca reduzir o risco de descontinuidade, inadimplemento, incapacidade operacional e descumprimento de prazos, notadamente em objeto que exige mobilização técnica, rastreabilidade documental e resposta corretiva célere.

9.4.1.3.8. A exigência não se destina a restringir a competitividade, mas a assegurar que a futura contratada possua condições mínimas de estabilidade econômica para executar adequadamente os serviços, manter equipe compatível, responder por obrigações trabalhistas e tributárias e suportar a dinâmica continuada do contrato

9.4.1.4. Qualificação técnica

9.4.1.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.4.1.4.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, atestando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

9.4.1.4.1.2. A prestação dos serviços envolve particularidades que não podem ser integralmente descritas neste Termo de Referência, tais como as condições reais das instalações, a distribuição e o acesso aos



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

equipamentos de climatização nas dependências da Câmara Municipal de Cubatão e unidades vinculadas, incluindo sede, anexos, guaritas e garagem, as condições de acesso a áreas técnicas e, quando aplicável, a locais elevados, bem como as características ambientais da região, como variações de umidade, temperatura e presença de poluentes atmosféricos, que impactam diretamente o desempenho dos equipamentos e a frequência das manutenções. A exigência desta declaração tem por finalidade assegurar que o licitante realizou a devida diligência e compreendeu a complexidade do objeto, reduzindo o risco de alegações futuras de desconhecimento das condições locais como fundamento para falhas na execução contratual ou pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro.

9.4.1.4.2. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho competente (CREA ou CRT), conforme a natureza da atividade exercida, em plena validade.

9.4.1.4.2.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.4.1.4.2.2. A execução de serviços de manutenção de sistemas de climatização, incluindo a elaboração, implantação e execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, bem como intervenções em equipamentos eletromecânicos e sistemas de refrigeração, constitui atividade técnica que exige a atuação de profissional legalmente habilitado, nos termos da legislação vigente. A Lei Federal nº 5.194/1966 estabelece que atividades relacionadas à engenharia devem ser supervisionadas por profissionais habilitados e executadas por empresas devidamente registradas no conselho profissional competente. A exigência de registro no CREA ou no conselho equivalente constitui, portanto, requisito de legalidade, assegurando que a empresa contratada está apta a executar os serviços, submetida à fiscalização profissional e às normas éticas aplicáveis, garantindo a segurança dos sistemas, das instalações e dos usuários.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

9.4.1.5. Qualificação técnico-operacional

9.4.1.5.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.4.1.5.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.4.1.5.1.1.1. contrato(s) que comprove(m) a **experiência mínima de 1 (um) ano** da licitante na prestação de serviços de manutenção de sistemas de climatização, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos distintos para a composição do tempo mínimo exigido;

9.4.1.5.1.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pela licitante, de serviços de manutenção em sistemas de climatização com quantitativo mínimo de equipamentos equivalente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total estimado para esta contratação, admitido o somatório de atestados para fins de comprovação;

9.4.1.5.1.1.3. o(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar que a licitante executou, de forma integrada e sob sua responsabilidade, serviços de:

- a) manutenção preventiva de sistemas de climatização, incluindo limpeza, higienização e inspeção de componentes;
- b) manutenção corretiva, incluindo diagnóstico de falhas, reparos, ajustes e substituição de componentes;
- c) execução ou acompanhamento de Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC ou instrumento equivalente;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

d) verificação das condições operacionais e de desempenho dos equipamentos;

9.4.1.5.1.1.3.1. deverá(ão) comprovar, ainda, a execução de rotinas de inspeção em componentes eletromecânicos, circuitos elétricos, sistemas de ventilação e drenagem, incluindo identificação de falhas, desgastes ou condições inadequadas de operação;

9.4.1.5.1.2. serão admitidos, para fins de comprovação do quantitativo mínimo de equipamentos, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados.

9.4.1.5.1.3. os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

9.4.1.5.1.4. a licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos;

9.4.1.5.1.5. os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.4.1.5.2. serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

9.4.1.5.3. a apresentação, pela licitante, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitidos em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.4.1.5.4. As exigências de qualificação técnico-operacional exigidas possuem as seguintes justificativas:

a) a exigência de experiência mínima de 1 (um) ano considera a necessidade de comprovação de aptidão técnica básica da licitante na



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

execução de serviços de manutenção de sistemas de climatização, sendo medida proporcional à complexidade do objeto e à vigência contratual de 12 (doze) meses, permitindo a ampliação da competitividade sem comprometer a segurança da execução contratual;

b) o quantitativo mínimo de 75% dos equipamentos estimados para esta contratação constitui parâmetro razoável e proporcional, assegurando que a licitante já tenha executado serviços em escala compatível com o objeto, especialmente considerando a diversidade de equipamentos, ambientes e condições operacionais envolvidos;

c) a exigência de execução integrada de serviços de manutenção preventiva, corretiva e do Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC reflete as características essenciais do objeto, garantindo que a licitante possua capacidade técnica para a gestão completa dos sistemas de climatização, incluindo aspectos operacionais, sanitários e de desempenho;

d) as exigências estabelecidas estão alinhadas à jurisprudência consolidada dos órgãos de controle, que admitem requisitos de qualificação técnica desde que pertinentes e proporcionais ao objeto da contratação, sendo vedadas exigências excessivas ou restritivas à competitividade, o que foi observado na definição dos critérios adotados.

9.4.1.6. Qualificação técnico-profissional

9.4.1.6.1. Apresentação de profissional(is) devidamente habilitado(s), com registro no conselho profissional competente (CREA ou CRT, conforme a natureza da atividade), detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta contratação.

9.4.1.6.1.1. **Para o responsável técnico:** comprovação de responsabilidade técnica pela execução de serviços de manutenção de sistemas de climatização, incluindo manutenção preventiva e corretiva, bem como elaboração, implantação ou execução de Plano de



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

Manutenção, Operação e Controle - PMOC, em quantitativo e complexidade compatíveis com o objeto da contratação.

9.4.1.6.1.2. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar da execução do objeto contratual, sendo admitida sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração, nos termos do § 6º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4.1.6.1.3. O Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, bem como os registros, relatórios técnicos e laudos decorrentes da execução contratual, deverão ser elaborados e assinados por responsável técnico legalmente habilitado, com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, Termo de Responsabilidade Técnica - TRT ou documento equivalente exigido pelo conselho profissional competente, em conformidade com a Portaria GM/MS nº 3.523/1998 e demais normas aplicáveis.

9.4.1.6.1.4. A licitante deverá comprovar que dispõe de equipe técnica operacional qualificada para execução dos serviços, composta por profissionais com experiência em manutenção de sistemas de climatização, capacitados para execução de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar-condicionado, incluindo atividades de limpeza, higienização, inspeção, diagnóstico e reparo, com conhecimento em sistemas elétricos e mecânicos associados aos equipamentos de climatização, aptos à execução de atividades em altura, quando aplicável, com comprovação de capacitação conforme NR 35, bem como capacitados para intervenções em instalações elétricas, quando aplicável, conforme NR 10.

9.4.1.6.1.5. A comprovação da qualificação da equipe operacional poderá ser realizada por meio de registros em carteira de trabalho, certificados de capacitação, contratos de prestação de serviço ou outros documentos idôneos que evidenciem o vínculo com a licitante e a experiência na execução de serviços compatíveis com o objeto.

9.4.1.6.2. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

nº 14.133/2021, em decorrência de orientação proposta, prescrição técnica ou qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.4.1.6.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.4.1.6.4. As exigências de qualificação técnico-profissional justificam-se pelas seguintes razões:

a) o escopo dos serviços abrange atividades técnicas que vão além de simples limpeza ou manutenção básica, envolvendo diagnóstico de falhas, análise de desempenho, intervenções em sistemas eletromecânicos e execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, o que exige a atuação de profissional legalmente habilitado, com conhecimento técnico compatível com sistemas de climatização;

b) a execução do PMOC, bem como a emissão de relatórios técnicos e laudos de diagnóstico, exige responsabilidade técnica formal, nos termos da legislação sanitária e profissional aplicável, especialmente a Portaria GM/MS nº 3.523/1998, sendo indispensável a atuação de responsável técnico habilitado;

c) a adequada execução contratual depende não apenas da supervisão técnica, mas também da atuação de equipe operacional qualificada, responsável pela execução direta dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, sendo necessária a comprovação de capacitação compatível com as atividades desempenhadas, inclusive quanto às normas de segurança do trabalho;

d) a exigência de comprovação de experiência do responsável técnico e da equipe operacional assegura que os serviços serão executados com qualidade, reduzindo riscos de falhas, danos aos equipamentos e prejuízos à Administração;

e) as exigências estabelecidas estão alinhadas à legislação vigente e à jurisprudência dos órgãos de controle, que admitem a exigência de qualificação técnico-profissional desde que pertinente e proporcional ao objeto da contratação.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

9.4.2. Disposições gerais sobre habilitação

9.4.2.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4.2.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4.2.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.4.2.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.4.2.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor total estimado da contratação, para o período de 12 (doze) meses, é de **R\$ 266.878,88** (duzentos e sessenta e seis mil, oitocentos e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos), conforme apuração realizada na Nota Técnica de Pesquisa de Preços.

10.2. O valor estimado da contratação está assim composto:

a) parcela fixa de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização, incluindo a elaboração, implantação e execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC, bem como o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e insumos inerentes à manutenção preventiva e corretiva: **R\$ 263.766,00** (duzentos e sessenta e três mil, setecentos e sessenta e seis reais);



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

b) parcela específica referente à realização de laudos técnicos de análise da qualidade do ar interior, com periodicidade semestral, incluindo coleta de amostras, análises laboratoriais e emissão de relatórios técnicos: **R\$ 3.112,88 (três mil, cento e doze reais e oitenta e oito centavos).**

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Cubatão.

11.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação, mediante confirmação da Divisão de Contabilidade e Finanças da Câmara Municipal de Cubatão:

Dotação Orçamentária Funcional Programática 01.01.02.01.031.0001.2002;

Elemento 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica

Subelemento 17

Unidade Gestora/Gestão: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL

Fonte de recursos: Tesouro

11.1.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, se for o caso, será indicada após aprovação Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Cubatão/SP, data da assinatura digital.

Ramon da Silva Rocha

Assessor de Planejamento de Compras e Contratações - matrícula 2630



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Processo de Compra n. 16/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente documento, Estudo Técnico Preliminar - ETP, caracteriza a etapa da fase preparatória destinada a demonstrar a necessidade da contratação, avaliar as soluções disponíveis e fundamentar a elaboração do Termo de Referência, em observância à Lei Federal nº 14.133/2021 e à Portaria CMC nº 384/2025.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. De acordo com a unidade requisitante, em seu Documento de Oficialização da Demanda - DOD, a presente contratação se justifica pela necessidade de assegurar o funcionamento contínuo e seguro dos sistemas de climatização instalados no prédio da Câmara Municipal de Cubatão, seus anexos e garagem, garantindo condições adequadas de conforto térmico, salubridade e bem-estar aos servidores, vereadores e ao público atendido.

2.2. A inexistência de manutenção preventiva periódica e de atendimento corretivo em prazos definidos eleva a probabilidade de falhas recorrentes, paralisações de ambientes de trabalho e atendimento, aumento de custos por reparos emergenciais e redução da vida útil dos equipamentos.

2.3. Além do aspecto operacional, a contratação também se mostra necessária sob a perspectiva sanitária e regulatória, uma vez que os sistemas de climatização de ambientes de uso público e coletivo devem observar PMOC, rotinas de limpeza e controle da qualidade do ar interior.

2.4. A contratação de empresa especializada permitirá a execução padronizada das rotinas de manutenção preventiva e corretiva, com emissão de documentos técnicos, apoio à fiscalização contratual e atendimento mais célere às ocorrências que comprometam a disponibilidade dos equipamentos.

2.5. Assim, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ar-condicionado da Câmara Municipal de Cubatão, com elaboração, implantação e execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC, fornecimento de materiais de consumo, mão de obra, ferramentas e insumos necessários e realização de laudos de análise da qualidade do ar interior, cabendo à Administração o fornecimento das peças, acessórios e componentes necessários às manutenções corretivas, após indicação técnica formal da contratada e validação, pelo fiscal técnico do contrato, da necessidade da substituição, da compatibilidade do item com o equipamento e da adequação da medida proposta, de modo a mitigar riscos de trocas desnecessárias, substituições prematuras, de



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

modo a mitigar riscos de trocas desnecessárias, substituições prematuras e outras situações em que a Administração tenha dificuldade de verificar, com segurança, a real necessidade da peça indicada.

2.5.1. A adoção do modelo em que a Administração disponibiliza as peças e componentes destinados às manutenções corretivas mostra-se mais aderente ao interesse público, por reduzir incentivos econômicos inadequados associados ao fornecimento desses itens pela própria executora do serviço, mitigar riscos de substituições excessivas ou prematuras, ampliar o controle da Administração sobre a real necessidade das reposições e favorecer maior transparência na separação entre diagnóstico técnico, decisão administrativa de aquisição e execução do reparo.

2.6. Os serviços objeto da presente contratação são considerados **serviços comuns de natureza continuada**, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definíveis por especificações usuais de mercado e por se destinarem à manutenção de atividade administrativa permanente da Câmara Municipal de Cubatão.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1. A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026, sob o **DFD 22**, conforme registrado no DOD da unidade requisitante.

3.2. Desse modo, a contratação encontra-se alinhada ao planejamento anual da Administração, em conformidade com o art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e com o art. 35, inciso II, da Portaria CMC nº 384/2025.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O sistema objeto da contratação é composto por 101 (cento e um) aparelhos de ar-condicionado, instalados no prédio da Câmara Municipal de Cubatão, seus anexos e garagem, distribuídos entre equipamentos dos tipos Split, Cassete e Splitão, com capacidades variando de 9.000 BTUs a 20 TR.

4.1.1. O detalhamento dos modelos, capacidades, fabricantes e quantitativos por ambiente consta do DOD e de seus anexos, que servem de base para o dimensionamento da futura contratação.

4.2. A contratação deverá contemplar, no mínimo, as seguintes frentes de atuação:

4.2.1. Manutenção preventiva periódica



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

4.2.1.1. A manutenção preventiva contempla os serviços destinados a manter os equipamentos e o sistema de distribuição de ar funcionando em perfeitas condições, com objetivo de reduzir paralisações, prevenir falhas recorrentes e preservar a vida útil, compreendendo, no mínimo:

- I. ações para assegurar o bom estado de conservação do equipamento e componentes associados;
- II. substituição ou reparo de componentes que comprometam o bom funcionamento, mediante prévia autorização da Câmara Municipal de Cubatão.
- III. ajustes e modificações tecnicamente necessárias com objetivo de adequação do funcionamento, previamente autorizadas;
- IV. limpeza interna e externa, regulagem, inspeção, calibração e realização de testes mecânicos e eletroeletrônicos no sistema interno e externo, quando aplicável ao modelo do equipamento.
- V. higienização e sanitização da mangueira do dreno e do equipamento, com aplicação de bactericida adequado para eliminar bactérias, fungos e ácaros, sem causar danos aos componentes;
- VI. ventilação e limpeza de sujeiras, danos e corrosão: limpeza de carcaça e motor, verificação de fixação do conjunto, verificação e correção de vibrações e ruídos anormais, inspeção de aquecimento anormal, verificação do estado de amortecedores de vibração e lubrificação de mancais e buchas;
- VII. motores elétricos e quadros: verificar e corrigir o aperto das conexões elétricas; medir e registrar tensão e corrente; inspecionar fiação elétrica do circuito do equipamento; efetuar limpeza de terminais e componentes;
- VIII. serpentinas e filtros: verificar e corrigir agentes prejudiciais à troca térmica; lavar, limpar e higienizar os filtros; substituir, quando necessário, os elementos filtrantes, filtros descartáveis e materiais correlatos utilizados no âmbito da manutenção preventiva, conforme recomendação do fabricante, condição de uso do equipamento e necessidade de preservação da qualidade do ar interior; limpar serpentinas do evaporador e do condensador; verificar e assegurar a drenagem eficiente da água da bandeja;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

- IX. gabinetes e chassis: verificar e corrigir sujeiras, danos e corrosão; verificar vedação dos painéis de fechamento; verificar estado de conservação do isolamento térmico;
- X. circuitos refrigerantes: verificar a carga de gás refrigerante; medir e registrar parâmetros de funcionamento; recompor, recolher, retirar ou substituir o fluido refrigerante somente quando necessário e tecnicamente justificado, com correção prévia de vazamentos, observância das normas técnicas, ambientais e de segurança aplicáveis e registro completo da intervenção executada;
- XI. verificar e registrar corrente de consumo com o equipamento em funcionamento e verificar quadros elétricos associados;
- XII. compressores: verificar e corrigir temperatura, corrente, tensão e aperto de bornes/conexões;
- XIII. retocar pintura/revestimentos protetores quando necessário para preservação do aspecto físico e proteção contra corrosão, mediante autorização;
- XIV. verificação e ajustes das mangueiras de drenos externos e prumadas, com desobstrução quando necessário;
- XV. sistema de dutos e distribuição de ar: inspecionar condições dos dutos, difusores, grelhas, registros/dampers e caixas plenum; verificar sujidade, danos, corrosão, pontos de condensação e integridade do isolamento; verificar e corrigir, vazamentos de ar e falhas de vedação; realizar limpeza e higienização interna e externa dos trechos e componentes terminais (grelhas/difusores), com métodos e produtos apropriados, de forma a preservar a qualidade do ar interior; verificar a vedação de portas de inspeção (quando existentes) e das conexões, bem como a integridade do isolamento térmico, procedendo as correções necessárias.
- XVI. outras ações correlatas que garantam que o conjunto dos equipamentos e do sistema de distribuição de ar permaneça em condições adequadas, seguras e eficientes de operação, com registro do que foi executado.

4.2.1.2. Periodicidade mínima

4.2.1.3. A periodicidade das rotinas deverá observar sem prejuízo do PMOC, das recomendações dos fabricantes e das condições de uso dos ambientes, a



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

Contratada deverá observar, no mínimo, a seguinte periodicidade de execução dos serviços de manutenção preventiva:

I. Rotinas mensais (no mínimo uma vez por mês por equipamento), contemplando:

a. Ventiladores:

1. verificar e corrigir limpeza (carcaça e rotor) e fixação do conjunto;
2. verificar e corrigir vibrações, ruídos anormais e aquecimento anormal dos mancais;
3. limpar o sistema de drenagem;
4. verificar e corrigir o estado de amortecedores de vibração.

b. Motores elétricos:

1. verificar e corrigir fixação e a existência de sujeiras, danos e corrosão;
2. verificar fios e cabos;
3. aferir amperagem dentro dos limites de placa;
4. verificar aquecimento nos motores;
5. verificar e corrigir vibrações e ruídos anormais.

c. Filtros secos (quando aplicável ao modelo):

1. verificar e corrigir a existência de sujeira, danos e corrosão;
2. verificar e corrigir frestas dos filtros;
3. verificar e corrigir o ajuste da moldura do filtro na estrutura;
4. limpar o elemento filtrante e substituir, se necessário, conforme recomendação do fabricante e condição de uso.

d. Gabinete:

1. verificar e corrigir a existência de sujeira, danos e corrosão;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

2. verificar e corrigir a vedação dos painéis de fechamento do gabinete;
 3. reapertar parafusos de fixação dos aparelhos, quando necessário;
 4. verificar e corrigir o estado de conservação do isolamento existente.
- e. Evaporadores:
1. verificar e corrigir a existência de sujeira, danos e corrosão na moldura da serpentina e na bandeja;
 2. lavar a bandeja e serpentina com remoção de biofilme (lodo), sem uso de produtos desengraxantes e corrosivos;
 3. verificar e corrigir a existência de agentes que prejudiquem a troca de calor;
 4. verificar e corrigir a operação de drenagem de água da bandeja;
 5. verificar e corrigir a existência de vazamentos internos e externos.
- f. Condensadores (ar):
1. verificar e corrigir o fluxo de ar;
 2. verificar e corrigir vazamentos internos e externos.
- g. Compressores (quando aplicável ao equipamento):
1. verificar e corrigir a existência de sujeira, danos e corrosão;
 2. verificar e corrigir a fixação e a existência de vibrações ou ruídos anormais;
 3. verificar e corrigir o funcionamento dos dispositivos de segurança (pressostatos de alta, baixa, óleo), quando aplicável;
 4. verificar e, se necessário, corrigir o aterramento;
 5. realizar medição de amperagem dos compressores e registrar os valores.
- h. Circuito refrigerante:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

1. verificar e corrigir a fixação e a existência de danos e corrosão em tubulações;
2. verificar e corrigir a existência de danos no isolamento térmico;
3. verificar a carga de gás refrigerante e registrar parâmetros de funcionamento quando aplicável;
4. verificar e corrigir a existência de danos nos compensadores de vibração;
5. verificar e corrigir queda de pressão no filtro secador, quando aplicável;
6. verificar e corrigir vazamentos de gás.
 - i. Painéis e disjuntores:
 1. verificar a instalação quanto às condições gerais, existência de sujeira, danos e corrosão;
 2. limpar os elementos e eliminar pontos de corrosão;
 3. verificar e corrigir funcionamento e fixação de componentes eletromecânicos (fusíveis, botoeiras, lâmpadas de sinalização, contatos de contadoras, capacitores), terminais, conexões, cabos, barramentos e sistema de aterramento;
 4. verificar e corrigir atuação do sistema de partida e intertravamentos, quando aplicável;
 5. verificar tensão de alimentação;
 6. verificar fios e cabos;
 7. verificar o estado e aperto dos terminais elétricos;
 8. verificar e corrigir o funcionamento de alarmes visuais e sonoros, quando existentes, e operação no modo manual, automático e remoto, quando aplicável;
 9. medir e registrar tensão e corrente.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

- II. Rotinas semestrais (no mínimo uma vez a cada 6 (seis) meses por equipamento, quando aplicável ao tipo de sistema), contemplando:
- a) verificar e corrigir fixação e existência de sujeiras, danos e desgastes nos acoplamentos;
 - b) verificar e corrigir alinhamento, vibrações e ruídos anormais nos acoplamentos;
 - c) limpar as superfícies do lado ar dos evaporadores (refrigerante/ar), conforme recomendação do fabricante;
 - d) medir e registrar a pressão e temperatura de sucção junto ao compressor;
 - e) medir e registrar a pressão e temperatura de descarga junto ao compressor;
 - f) verificar e corrigir o funcionamento das válvulas de serviço dos compressores;
 - g) verificar e corrigir, regulando os elementos de proteção (relés), operação e controle nos painéis elétricos e eletrônicos, conforme condições de referência e recomendações do fabricante.

4.2.2. Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC

4.2.2.1. A contratada deverá elaborar, implantar, atualizar e executar o **Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC** dos sistemas de climatização abrangidos pela contratação, incluindo equipamentos, rede de dutos, acessórios e componentes do sistema de distribuição de ar, mantendo-o disponível nas dependências da Contratante.

4.2.2.2. O PMOC deverá conter, no mínimo, a identificação do estabelecimento e dos ambientes climatizados, a descrição das atividades, a periodicidade das intervenções e recomendações para falhas e emergências, em conformidade com a **Lei nº 13.589/2018**, a **Portaria GM/MS nº 3.523/1998** e a **ABNT NBR 13971**

4.2.2.3. O PMOC e os registros/relatórios de execução deverão ser assinados por Responsável Técnico legalmente habilitado, com registro



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

no conselho competente (CREA/CRT, conforme a natureza da habilitação), com emissão de ART/TRT ou documento equivalente exigido pelo conselho competente.

4.2.2.4. A contratada deverá designar e manter, durante toda a vigência, Responsável Técnico respondendo pela qualidade técnica dos serviços e pelo PMOC.

4.2.3. Manutenção corretiva

4.2.3.1. A manutenção corretiva contempla serviços de reparo com a finalidade de eliminar defeitos identificados por diagnóstico técnico, corrigir anormalidades e realizar testes, regulagens e ajustes necessários para restabelecer o equipamento e o sistema de distribuição de ar às condições normais de funcionamento, incluindo, quando cabível, a substituição de peças e componentes disponibilizados pela Administração, sem prejuízo ao funcionamento do sistema.

4.2.3.2. Competirá à Contratada manter os equipamentos em condições adequadas de uso durante toda a vigência contratual, comprometendo-se a executar os reparos, ajustes, regulagens, testes, reinstalações e substituições tecnicamente necessárias ao restabelecimento do funcionamento normal dos equipamentos e do sistema de distribuição de ar, com registro técnico do serviço.

4.2.3.3. Quando houver necessidade de substituição de peça, acessório ou componente, a Contratada deverá apresentar justificativa técnica formal, acompanhada de requisição técnica do item, com indicação do defeito constatado, especificações completas, quantitativos, compatibilidade com o equipamento existente e indicação de urgência, submetendo-a à prévia validação da Contratante, a quem caberá disponibilizar o componente necessário.

4.2.3.4. A Contratada deverá comunicar à Contratante todas as ocorrências verificadas nos equipamentos e dutos que possam comprometer a continuidade, a segurança, o desempenho ou a qualidade do serviço.

4.2.3.5. Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido para conserto externo dependerá de prévia autorização da



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

Contratante, e as despesas com retirada, transporte, devolução e reinstalação correrão por conta da Contratada.

4.2.3.6. Fluxo operacional da manutenção corretiva

4.2.3.6.1. A manutenção corretiva será executada em **duas etapas distintas**, conforme a natureza da falha constatada:

4.2.3.6.1.1. Etapa 1 - Diagnóstico da falha

4.2.3.6.1.1.1. Identificada falha, seja por comunicação interna, por inspeção da fiscalização, por rotina de manutenção preventiva ou por informação prestada pela Contratada, o Fiscal do contrato formalizará o chamado e emitirá a **correspondente Ordem de Execução de Serviço - OES de Diagnóstico**.

4.2.3.6.1.1.2. Recebida a OES de Diagnóstico, a Contratada deverá mobilizar sua equipe técnica ao local, observando os prazos de atendimento previstos neste ETP, para realizar a completa apuração da anormalidade.

4.2.3.6.1.1.3. Ao final da etapa de diagnóstico, a Contratada deverá apresentar Laudo Técnico de Diagnóstico, devidamente assinado por profissional habilitado ou responsável técnico da equipe executora, contendo, no mínimo:

- a) identificação do equipamento, ambiente e setor atendido;
- b) data e horário do atendimento
- c) descrição detalhada da falha ou anormalidade verificada;
- d) causa provável ou causa raiz do defeito, quando tecnicamente identificável;
- e) indicação precisa do componente, acessório ou peça defeituosa;
- f) especificações técnicas completas do item a ser reparado ou substituído, incluindo, quando cabível, marca, modelo, capacidade, características elétricas, dimensões compatíveis e demais elementos necessários à correta identificação;
- g) indicação sobre a possibilidade de reparo imediato, reparo externo ou necessidade de substituição;
- h) descrição do procedimento técnico recomendado para o restabelecimento do funcionamento;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

4.2.3.6.1.1.4. A **OES de Diagnóstico** será considerada concluída após a entrega do Laudo Técnico de Diagnóstico e seu aceite pela Fiscalização.

4.2.3.6.1.2. Etapa 2 - Reparo ou substituição do componente

4.2.3.6.1.2.1. Quando a correção da falha **não depender de substituição de peça ou componente**, a Contratada deverá realizar o reparo de forma imediata, preferencialmente na mesma visita, sempre que tecnicamente possível, promovendo os testes, regulagens e ajustes necessários ao pleno restabelecimento do equipamento.

4.2.3.6.1.2.2. Quando houver necessidade de **substituição de peça, acessório ou componente**, a Contratada deverá apresentar à Contratante, juntamente com o Laudo Técnico de Diagnóstico ou em complemento a ele:

- a) justificativa técnica formal para a substituição;
- b) descrição e quantitativo do item necessário;
- c) especificação técnica completa do componente;
- d) informação sobre compatibilidade com o equipamento existente;
- e) indicação de eventual urgência da reposição.

4.2.3.6.1.3. Nos casos de substituição de peças ou componentes, a Contratada deverá apresentar, para cada item, requisição técnica formal, contendo, no mínimo:

- a) identificação do equipamento e do ambiente atendido;
- b) descrição detalhada da falha constatada;
- c) indicação precisa da peça, acessório ou componente a ser substituído;
- d) especificação técnica completa do item necessário, incluindo marca, modelo, capacidade, características compatíveis e demais elementos necessários à sua correta identificação;
- e) quantitativo necessário;
- f) justificativa técnica para a substituição;
- g) indicação sobre eventual urgência da reposição.

4.2.3.6.1.4. Caberá ao Fiscal Técnico do contrato verificar:

- a) verificar a regularidade formal e a suficiência das informações constantes da requisição técnica apresentada pela Contratada;
- b) analisar, com base na documentação apresentada, a necessidade da substituição proposta, de modo a evitar



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

- trocas desnecessárias, substituições prematuras e dúvidas quanto à real necessidade da peça indicada;
- c) confirmar se a indicação da peça, acessório ou componente está adequadamente identificada para fins de providência administrativa.
- d) submeter ao gestor do contrato ou a apoio técnico as questões que ultrapassem sua competência técnica, especialmente quando houver necessidade de análise específica sobre compatibilidade técnica do item com o equipamento existente.

4.2.3.6.1.5. A substituição somente poderá ser executada após a prévia anuência da Contratante e a disponibilização da peça, acessório ou componente pela Administração, vedada a instalação de itens sem autorização formal da Fiscalização, ressalvadas as hipóteses excepcionais de risco iminente à segurança, que deverão ser imediatamente comunicadas e justificadas.

4.2.3.6.1.6. Disponibilizada a peça, acessório ou componente pela Administração, a Contratada realizará o reparo, a instalação do item, os testes de funcionamento e as regulagens necessárias, restituindo o equipamento às condições normais de operação.

4.2.3.6.1.7. A peça, acessório ou componente substituído deverá ser apresentada à Fiscalização para conferência e registro, podendo permanecer sob guarda do fiscal técnico pelo prazo por ele estipulado, com posterior destinação adequada, conforme deliberação da Administração.

4.2.3.6.1.8. Concluída a etapa de reparo ou substituição, a Contratada deverá emitir Relatório Técnico de Execução, contendo a identificação do equipamento, o serviço realizado, a peça, acessório ou componente instalado, os testes executados e o resultado obtido.

4.2.3.7. Prazos de atendimento

4.2.3.7.1. Os chamados de manutenção corretiva poderão ser formalizados por e-mail, telefone institucional, sistema eletrônico ou outro meio oficial disponibilizado pela Contratada, devendo ficar registrado o número ou protocolo do atendimento.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

4.2.3.7.2. O atendimento da **etapa de diagnóstico** deverá ser iniciado em até **48 (quarenta e oito) horas**, em dias úteis, contadas da abertura do chamado pela Contratante.

4.2.3.7.3. Quando a falha não depender de substituição de peça ou componente, o conserto deverá ocorrer de forma imediata, na mesma visita, sempre que tecnicamente possível.

4.2.3.7.4. Quando houver necessidade de substituição de peça ou componente, a Contratada deverá apresentar a justificativa técnica formal e a requisição técnica necessária à prévia anuência da Contratante, com a maior brevidade possível, sem prejuízo do prazo previsto no item 4.2.3.7.5.

4.2.3.7.5. O prazo para conclusão da etapa de reparo, quando houver necessidade de peça ou componente, será de até 3 (três) dias úteis, contados da disponibilização do componente pela Administração e da autorização da Contratante para a execução da substituição, salvo motivo tecnicamente justificado e aceito pela Fiscalização.

4.2.3.7.6. Na hipótese de impossibilidade técnica de conclusão do reparo no prazo previsto, a Contratada deverá apresentar justificativa formal, com indicação das causas da prorrogação e do novo prazo estimado para solução.

4.2.3.8. Registro e controle dos atendimentos

4.2.3.8.1. Cada atendimento corretivo deverá gerar documentação mínima composta por:

- a) registro do chamado;
- b) OES de Diagnóstico;
- c) Laudo Técnico de Diagnóstico;
- d) requisição técnica da peça, acessório ou componente, quando houver necessidade de substituição;
- e) autorização da Contratante, quando cabível;
- f) Relatório Técnico de Execução;
- g) comprovação dos testes realizados e da normalização do funcionamento.

4.2.3.8.2. Todos os documentos relativos à manutenção corretiva deverão permanecer disponíveis à Fiscalização para fins de acompanhamento, medição, ateste e instrução processual.

4.2.4. Laudos de análise da qualidade do ar interior



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

4.2.4.1. A solução deverá contemplar a realização semestral de laudos de análise da qualidade do ar interior, observada a ABNT NBR 17037:2023, com emissão de relatório técnico conclusivo e adoção dos procedimentos compatíveis com o monitoramento dos parâmetros de qualidade do ar aplicáveis ao ambiente climatizado.

4.2.4.2. Para fins de formação do valor estimado e planejamento da contratação, foi considerada a realização de **2 (duas) campanhas anuais** de análise da qualidade do ar interior, sendo **1 (uma) por semestre**, com **8 (oito) pontos de coleta por Análise**, quantitativo estimado com base na **área construída de 3.262,66 m²** do edifício da Câmara Municipal de Cubatão, conforme levantamento realizado no **Processo de Compra nº 41/2025**, adotando-se como parâmetro a tabela constante da **ABNT NBR 17037:2023**.

4.2.4.3. Sem prejuízo da observância dos critérios técnicos da ABNT NBR 17037:2023, os 8 (oito) pontos de coleta das análises semestrais da qualidade do ar interior deverão ser definidos de modo a assegurar a representatividade dos ambientes climatizados da edificação, com prioridade para áreas de maior ocupação típica, maior permanência de pessoas, maior carga térmica instalada (BTUs), maior relevância institucional e maior potencial de impacto em caso de inadequação da qualidade do ar interior. A norma aplicável exige que os pontos amostrais sejam distribuídos uniformemente, coletados na altura de 1,5 m do piso, nas áreas de maior ocupação, no centro do ambiente e com registro fotográfico.

4.2.4.3.1. Para fins de planejamento inicial da coleta das amostras, deverão ser **preferencialmente considerados** os seguintes ambientes:

- I. Plenário;
- II. Anfiteatro;
- III. Sala Afonso Schmidt;
- IV. Sala da Divisão Administrativa;
- V. Sala da Divisão Legislativa;
- VI. Sala da Assessoria da Presidência;
- VII. 2 (dois) locais a critério do Fiscal Técnico;

4.2.4.3.2. A definição dos locais referidos nos incisos VII deverá ser motivada pelo Fiscal Técnico, considerando, isolada ou cumulativamente, os seguintes critérios:

- a) maior concentração de pessoas em atividade e permanência simultânea no ambiente;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

- b) histórico de reclamações relacionadas à qualidade do ar interior, odores, abafamento, desconforto térmico ou sensação de ventilação insuficiente;
- c) recorrência de falhas, indisponibilidades ou oscilações de desempenho do sistema de climatização;
- d) indícios de umidade, infiltração, mofo, condensação, acúmulo de poeira ou outras condições que possam comprometer a qualidade do ar;
- e) realização frequente de reuniões, atendimentos, eventos institucionais ou atividades com elevada ocupação;
- f) alteração recente de layout, ocupação, uso do ambiente ou redistribuição de postos de trabalho;
- g) necessidade de amostragem complementar em ambiente representativo, crítico ou sensível, para fins de comparação técnica e melhor diagnóstico das condições do ar interior.

4.2.4.3.3. A escolha final dos pontos amostrais caberá ao Fiscal Técnico, em articulação com o responsável técnico da contratada ou do laboratório executante, podendo ser revista a cada campanha semestral, desde que mantidos os critérios da ABNT NBR 17037:2023 quanto à distribuição uniforme dos pontos, representatividade das áreas de maior ocupação, altura de coleta, centralidade no ambiente e condições normais de operação do sistema de climatização.

4.2.4.3.4. Além dos pontos de coleta definidos para os ambientes internos, deverá ser selecionada no mínimo 1 (uma) amostra de ar exterior, localizada fora da estrutura predial, à altura de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) do nível da rua, em local próximo da entrada de ar exterior do sistema de climatização, para fins de comparação e avaliação das condições ambientais externas em relação ao ar interior, conforme os critérios estabelecidos na ABNT NBR 17037:2023.

4.2.5. Requisitos de pessoal e segurança

4.2.5.1. A contratada deverá disponibilizar equipe com capacitação compatível com a execução do objeto, observando, quando aplicáveis, as Normas Regulamentadoras pertinentes, especialmente NR-6, NR-10 e NR-35.

4.2.5.2. A supervisão técnica dos serviços deverá ocorrer por profissional habilitado e regularmente registrado no CREA, CFT ou conselho profissional competente, com a respectiva responsabilidade técnica formalizada.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

4.2.6. Obrigações operacionais e responsabilidade técnica

4.2.6.1. A Contratada deverá disponibilizar e formalizar endereço eletrônico e número de telefone institucionais para comunicação, agendamento das manutenções preventivas e abertura de chamados de manutenção corretiva.

4.2.6.2. A Contratada deverá elaborar e implantar o Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC dos sistemas de climatização, incluindo equipamentos, rede de dutos, acessórios e componentes do sistema de distribuição de ar, mantendo-o disponível nas dependências da Contratante.

4.2.6.3. O PMOC deverá conter, no mínimo, a identificação do estabelecimento e dos ambientes climatizados, a descrição das atividades, a periodicidade e recomendações para falhas e emergências, em conformidade com a Lei nº 13.589/2018, a Portaria GM/MS nº 3.523/1998 e a ABNT NBR 13971.

4.2.6.4. A Contratada deverá garantir a aplicação do PMOC, manter disponível o registro da execução dos procedimentos e disponibilizar à Câmara Municipal de Cubatão os resultados das rotinas realizadas.

4.2.6.5. O PMOC e os registros/relatórios de execução deverão ser assinados por Responsável Técnico legalmente habilitado, com registro no conselho competente (CREA/CRT, conforme a natureza da habilitação), com emissão de ART/TRT ou documento equivalente exigido pelo conselho competente, conforme o modelo e exigências do Anexo da Portaria GM/MS nº 3.523/1998.

4.2.6.6. A Contratada deverá designar e manter, durante toda a vigência contratual, Responsável Técnico respondendo pela qualidade técnica dos serviços e pela execução do PMOC.

4.2.6.7. A Contratada deverá utilizar profissionais capacitados, com certificações e treinamentos necessários, apresentando previamente a identificação da equipe designada para atendimento nas dependências da Contratante.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

4.2.6.8. A Contratada deverá substituir imediatamente qualquer empregado que, por conduta inadequada ou falta grave, cause riscos, danos ou prejuízos às pessoas, aos bens ou às instalações da Contratante.

4.2.6.9. A Contratada responderá pelos métodos, organização, materiais, equipamentos e pela qualidade dos serviços executados, responsabilizando-se por danos pessoais ou materiais decorrentes de dolo ou culpa de seus empregados ou prepostos.

4.2.6.10. A equipe deverá permanecer uniformizada e identificada, com uso de crachá.

4.2.6.11. A Contratada deverá executar os serviços em horários e condições compatíveis com a rotina administrativa da Contratante, mediante agendamento, garantindo a proteção das áreas de trabalho, limpeza e organização do local após cada atendimento.

4.2.6.12. Todos os atendimentos deverão ser registrados por ordem de serviço ou relatório técnico, com identificação do equipamento, ambiente e descrição do que foi executado, servindo de base para o acompanhamento do contrato, controle do PMOC e ateste dos serviços.

4.2.6.13. As peças e componentes disponibilizados pela Administração e instalados pela Contratada deverão ser objeto de garantia mínima de 90 (noventa) dias quanto aos serviços de instalação, ajustes, regulagens, testes e demais intervenções executadas, sem prejuízo das garantias legais ou do fabricante quanto ao item fornecido.

4.2.6.14. A Contratada deverá fornecer toda a mão de obra, ferramentas, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, inclusive materiais de limpeza e higienização adequados, bem como os insumos inerentes às rotinas de manutenção preventiva, tais como gás refrigerante, elementos filtrantes, filtros descartáveis e materiais correlatos, observados os requisitos de sustentabilidade, segurança, acondicionamento, manuseio especializado e preservação dos equipamentos.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

4.2.6.15. A Contratada deverá executar os serviços em conformidade com a Portaria GM/MS nº 3.523/1998 e demais normas técnicas, sanitárias e de segurança aplicáveis ao objeto.

4.3. A integração das rotinas de manutenção preventiva, corretiva, PMOC e laudos de qualidade do ar interior representa a solução mais eficiente sob a ótica da gestão contratual, da responsabilidade técnica e da continuidade do serviço, cabendo à Administração disponibilizar as peças, acessórios e componentes necessários às manutenções corretivas, de forma dissociada da remuneração da empresa prestadora dos serviços.

4.4. A contratação deverá observar, além da Lei nº 14.133/2021, as seguintes referências normativas e técnicas principais:

4.4.1. Lei nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018;

4.4.2. Portaria GM/MS nº 3.523, de 28 de agosto de 1998;

4.4.3. ABNT NBR 17037:2023, para qualidade do ar interior;

4.4.4. normas regulamentadoras aplicáveis à execução segura dos serviços, especialmente NR-6, NR-10 e NR-35, bem como as demais normas técnicas, sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis aos sistemas de climatização, à manutenção programada, ao manejo de fluidos refrigerantes, à higienização e ao descarte de resíduos gerados na execução dos serviços.

4.5. O prazo inicial de vigência da contratação deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação do extrato da contratação no Diário Oficial do Município de Cubatão, prorrogáveis na forma da lei.

4.6. A subcontratação deverá ser permitida, restrita à execução dos laudos de análise da qualidade do ar interior, sem transferência da responsabilidade integral da Contratada pela execução do objeto.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1. A estimativa das quantidades foi estabelecida pela unidade requisitante e consta do item 3 do DOD.

5.1.1. Para os serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva com PMOC, foi considerado o atendimento de 101 (cento e um) aparelhos integrantes do parque instalado da Câmara Municipal de Cubatão.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.1.2. Para os laudos de qualidade do ar interior, foi considerada a realização de **2 (duas) análises anuais**, sendo **1 (uma) por semestre**, com **8 (oito) pontos de coleta por visita**. Tal quantitativo foi estimado em razão de a área construída do edifício da Câmara Municipal de Cubatão corresponder a **3.262,66 m²**, conforme levantamento realizado no **Processo de Compra nº 41/2025**, adotando-se como parâmetro a tabela 3, constante da **ABNT NBR 17037:2023**, aplicável à definição da quantidade de pontos de amostragem para avaliação da qualidade do ar interior, a qual segue reproduzida abaixo para fins de fundamentação técnica.

Tabela 3 – Número mínimo de amostras por área construída

Área construída (m²)	Número mínimo de amostras
Até 1 000	1
1 000 a 2 000	3
2 000 a 3 000	5
3 000 a 5 000	8
5 000 a 10 000	12
10 000 a 15 000	15
15 000 a 20 000	18
20 000 a 30 000	21
Acima de 30 000	25

5.1.3. As peças, acessórios e componentes destinados às manutenções corretivas não integram o objeto econômico da presente contratação de serviços, sendo seu fornecimento de responsabilidade da Administração, mediante estoque próprio, aquisição específica, contratação correlata ou outro procedimento administrativo cabível. Assim, não haverá, neste ETP, quantitativos licitáveis nem parcela econômica própria para peças de reposição no âmbito do pregão destinado aos serviços de manutenção.

5.2. Para fins de planejamento da execução contratual, deverão ser observadas as seguintes entregas iniciais mínimas:

5.2.1. Em até **10 (dez) dias corridos**, contados do início contratual, deverá ser realizada **vistoria técnica inicial em todos os equipamentos abrangidos, com execução das medidas preventivas imediatas indispensáveis**, incluindo, quando existentes, os



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

componentes do sistema de distribuição de ar, e emissão de relatório técnico por equipamento e ambiente, contendo as verificações realizadas, medições registradas, inconformidades identificadas e recomendações, a fim de subsidiar a elaboração e implantação do PMOC.

5.2.2. Em até 30 (trinta) dias corridos, contados do início contratual, deverá ser **elaborado e implantado o Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC** dos sistemas de climatização abrangidos, com base no levantamento técnico inicial, na forma da Lei nº 13.589/2018 e da Portaria GM/MS nº 3.523/1998, com a devida formalização de responsabilidade técnica mediante ART, TRT ou documento equivalente.

5.2.3. Mensalmente, durante toda a vigência contratual, deverá ser entregue relatório mensal consolidado e assinado pelo responsável técnico, comprovando a execução das rotinas do PMOC e dos atendimentos realizados, contendo, no mínimo, as datas e locais atendidos, a identificação dos equipamentos, os serviços executados, as medições efetuadas, as peças substituídas disponibilizadas pela Administração, com respectivas justificativas técnicas, autorizações e registros de instalação, bem como o registro de anormalidades e recomendações técnicas.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

6.1. O mercado de manutenção de sistemas de climatização possui ampla oferta de empresas especializadas em manutenção preventiva e corretiva, PMOC, higienização, controle operacional e apoio técnico, inclusive com contratações semelhantes já celebradas por outros órgãos públicos.

6.2. As referências consultadas evidenciam, de modo recorrente, que contratações públicas atuais de climatização vêm adotando:

- a) manutenção preventiva e corretiva continuada;
- b) PMOC formalizado por responsável técnico;
- c) laudos ou campanhas de qualidade do ar interior;
- d) controle documental por ordens de serviço e relatórios;
- e) disciplina específica para fornecimento excepcional de peças; e
- f) critérios de sustentabilidade ligados ao correto manejo de fluidos refrigerantes, resíduos e produtos de limpeza.¹

¹[pregao-eletronico-90002-2025-servico-de-manutencao-preventiva-estudo-tecnico-preliminar-doc-sei-17956898.pdf](https://www.pregao-eletronico-90002-2025-servico-de-manutencao-preventiva-estudo-tecnico-preliminar-doc-sei-17956898.pdf)



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.3. A definição do modelo de contratação mais adequado requer uma análise das soluções disponíveis no mercado e uma avaliação criteriosa de suas vantagens e desvantagens sob a ótica da Administração Pública. Assim, foram avaliadas três soluções potenciais para atender à necessidade da Câmara, adiante descritas.

6.3.1. Solução 1: contratação de empresa especializada para serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com PMOC, mão de obra, ferramentas, insumos da manutenção preventiva, laudos de qualidade do ar interior e execução das substituições corretivas com peças, acessórios e componentes disponibilizados pela Administração.

6.3.1.1. Essa solução mostra-se a mais adequada ao interesse público, pois preserva a especialização técnica da manutenção, assegura a continuidade operacional dos sistemas, permite maior controle da Administração sobre o consumo de peças e reduz incentivos econômicos inadequados associados ao fornecimento de componentes pela própria executora da manutenção corretiva.

6.3.2. Solução 2: contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva com inclusão de todas as peças e componentes no valor fixo.

6.3.2.1. Essa solução tende a ser economicamente menos vantajosa, pois estimula a formação de preço com margem de segurança elevada para cobrir eventos incertos de reposição, aumentando o custo fixo da contratação.

6.3.3. Solução 3: execução das atividades com equipe própria da Câmara Municipal.

6.3.3.1. A Câmara Municipal capacitaria ou contrataria servidores para compor uma equipe interna responsável por todas as atividades de manutenção.

6.3.3.2. Essa solução é considerada inviável, diante da ausência de estrutura própria especializada, da necessidade de responsável técnico, do cumprimento de exigências legais e da natureza continuada da demanda.

6.4. Com base nessa análise, a **Solução 1** é a que melhor atende ao interesse público, pois preserva a especialização técnica da manutenção, assegura a continuidade operacional dos sistemas, permite maior controle da Administração sobre o consumo de peças e reduz incentivos econômicos inadequados associados ao fornecimento de componentes pela própria executora da



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

manutenção corretiva, mitigando riscos de substituições excessivas, trocas prematuras e dificuldades de verificação da real necessidade da peça indicada. Além disso, mantém na parcela fixa mensal apenas os insumos efetivamente inerentes à rotina preventiva, como gás refrigerante, elementos filtrantes, filtros descartáveis e materiais correlatos.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

7.1. A estimativa de preços da contratação consta da Nota Técnica de Pesquisa de Preços, elaborada com fundamento no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 41 a 44 da Portaria CMC nº 384/2025, mediante combinação de pesquisa direta com fornecedores para os serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva com PMOC e para os laudos de análise da qualidade do ar interior, excluída da presente contratação a parcela econômica relativa às peças, acessórios e componentes de reposição, que serão disponibilizados pela Administração.

7.2. A obtenção do preço estimado deu-se com base na **mediana**, por se mostrar o método mais adequado diante da dispersão relevante dos valores coletados.

7.3. Para viabilizar a pesquisa de mercado, a formação do valor de referência e a futura licitação, a estrutura de formação de preço foi definida em dois componentes principais, alinhados à solução escolhida:

7.3.1. parcela fixa de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva com PMOC, remunerada mensalmente;

7.3.2. parcela específica para laudos técnicos de análise da qualidade do ar interior;

7.4. Conforme a Nota Técnica de Pesquisa de Preços já consolidada nos autos, o valor estimado global da presente contratação de serviços, para o período inicial de 12 (doze) meses, é de R\$ **266.878,88 (duzentos e sessenta e seis mil, oitocentos e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos)**, assim composto:

7.4.1. serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva com elaboração e execução do PMOC: **R\$ 263.766,00**

7.4.2. laudos técnicos de análise da qualidade do ar interior: **R\$ 3.112,88;**

7.4.3. A necessidade de aquisição de peças, acessórios e componentes destinados às manutenções corretivas deverá ser tratada pela Administração em instrumento próprio de planejamento, controle de estoque, contratação correlata, aquisição específica ou outro procedimento administrativo cabível, não compondo o valor estimado do presente contrato de serviços.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A solução a ser contratada envolve a gestão integrada da manutenção dos sistemas de climatização da Câmara Municipal de Cubatão, com enfoque preventivo, corretivo, sanitário e operacional.

8.1.1. A contratada será responsável pela execução das rotinas preventivas, pela elaboração, implantação e execução do PMOC, pela higienização e pelos registros técnicos necessários à adequada manutenção dos equipamentos.

8.1.2. Em caso de falhas, a contratada deverá atuar de forma corretiva, mediante acionamento da fiscalização, promovendo diagnóstico, reparo e, quando necessário, instalação de peças e componentes disponibilizados pela Administração.

8.1.3. A solução também compreenderá a realização de laudos de qualidade do ar interior, permitindo o monitoramento das condições ambientais e subsidiando ajustes na periodicidade de limpeza e manutenção.

8.2. A contratação integrada contribui para a redução de indisponibilidades, aumento da vida útil dos equipamentos, melhoria das condições de conforto e salubridade dos ambientes e cumprimento das exigências legais e técnicas aplicáveis ao sistema de climatização

8.2.1. A remuneração pelos serviços seguirá estrutura compatível com a formação do preço estimado:

8.2.2. Para os serviços de natureza contínua e previsível, como manutenção preventiva e corretiva com elaboração e implantação do PMOC, será estabelecido um pagamento fixo mensal.

8.2.3. Para os serviços de análise da qualidade do ar interior, a Câmara pagará apenas pelos serviços efetivamente executados, uma vez por semestre.

8.3. As peças, acessórios e componentes necessários às manutenções corretivas serão disponibilizados pela Administração, não compondo a remuneração do contrato de serviços.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. A contratação, embora envolva serviços de naturezas operacionais distintas, como manutenção preventiva, manutenção corretiva, PMOC, higienização, laudos de qualidade do ar e fiscalização técnica, deve ser tratada como solução integrada, dada a forte interdependência entre essas atividades.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

9.2. O parcelamento em múltiplos contratos autônomos tende a aumentar o custo administrativo, dificultar a atribuição de responsabilidade técnica, fragmentar o acompanhamento contratual e reduzir a eficiência da gestão dos aparelhos instalados.

9.3. Portanto, a contratação de uma única empresa especializada para o pacote completo de serviços demandados pela unidade requisitante é a alternativa mais recomendada, uma vez que garante a responsabilidade técnica unificada, a otimização dos processos de gestão e a máxima eficiência e segurança do sistema como um todo.

10. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Os resultados pretendidos com a contratação estão diretamente ligados à continuidade do funcionamento dos sistemas de climatização e à melhoria das condições do ar interno.

10.1.1. Redução de falhas recorrentes e de paralisações dos equipamentos;

10.1.2. aumento da vida útil dos aparelhos mediante manutenção periódica adequada;

10.1.3. melhoria do conforto térmico e da salubridade dos ambientes climatizados;

10.1.4. atendimento às exigências de PMOC, limpeza, manutenção e controle da qualidade do ar interior;

10.1.5. racionalização dos custos, com menor incidência de reparos emergenciais e maior previsibilidade da gestão contratual.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

11.1. A Administração deverá observar as disposições dos artigos 16 a 22 da Portaria CMC nº 384/2025, que diz respeito à nomeação de fiscal(is) do contrato.

11.2. Antes da contratação, deverá a Administração consultar os seguintes cadastros, em relação à pretensa contratada:

11.2.1. SICAF;

11.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

11.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

11.2.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

11.2.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

11.2.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

11.2.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

11.3. Antes da contratação, a Administração deve garantir que todo o processo das fases preparatória e de seleção do fornecedor ou prestador correram de forma regular e de que todos os requisitos e condições elencados nos instrumentos compreendidos em tais etapas tenham sido observados.

11.4. Por fim, sugere-se que os autos do processo sejam submetidos à apreciação da Comissão de Controle Interno desta Casa antes de formalizada a contratação.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

12.1. A unidade requisitante não sinalizou em seu DOD sobre eventual existência de contratação correlata ou interdependente.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

13.1. A contratação pode gerar impactos ambientais associados ao uso de produtos de limpeza, à geração de resíduos de manutenção, ao descarte de filtros, embalagens, componentes substituídos e, quando aplicável, ao manejo de fluidos refrigerantes e outros insumos técnicos.

13.2. Os sistemas de climatização são essenciais para a salubridade e o conforto térmico dos ambientes, especialmente em edifícios de uso coletivo. Contudo, sua manutenção e operação podem ocasionar impactos ambientais relevantes, notadamente em razão do consumo de energia, do risco de vazamento de fluidos refrigerantes, da geração de resíduos e do descarte inadequado de peças e componentes.

13.3. Assim, vislumbra-se como possíveis impactos ambientais os seguintes:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

13.3.1. o descarte inadequado de filtros, serpentinas, compressores, capacitores, placas eletrônicas, isolamentos, tubulações, embalagens e demais componentes substituídos, os quais podem demandar destinação ambientalmente adequada, conforme sua natureza;

13.3.2. o vazamento ou manejo incorreto de fluidos refrigerantes, que pode causar impactos ambientais relevantes, especialmente em razão de seu potencial de aquecimento global;

13.3.3. o uso inadequado de produtos químicos de limpeza e higienização, com risco de contaminação do ambiente e de danos aos equipamentos;

13.3.4. a geração de resíduos decorrentes das atividades de manutenção, limpeza, desobstrução e substituição de peças, inclusive resíduos contaminados por poeira, fungos, lodo, óleo ou outros agentes acumulados no sistema;

13.3.5. o aumento do consumo energético em razão de equipamentos sem manutenção adequada, com perda de eficiência operacional.

13.4. E, considerando esse panorama, as medidas mitigadoras a serem adotadas incluem:

13.4.1. a destinação ambientalmente adequada de filtros, peças, componentes, embalagens e demais resíduos gerados na execução contratual, observadas as normas aplicáveis e a responsabilidade da contratada pela correta segregação, acondicionamento, transporte e descarte;

13.4.2. a adoção de procedimentos técnicos adequados para detecção, contenção, recolhimento e controle de vazamentos de fluidos refrigerantes, vedado seu descarte inadequado no meio ambiente;

13.4.3. a utilização de produtos de limpeza e higienização compatíveis com os equipamentos e, preferencialmente, de menor agressividade ambiental, evitando-se substâncias abrasivas ou inadequadas;

13.4.4. a execução dos serviços com foco na preservação da eficiência energética dos equipamentos, mediante limpeza, regulagem, testes e ajustes periódicos que contribuam para o melhor desempenho do sistema;

13.4.5. a exigência de que a empresa contratada demonstre capacidade de operar em conformidade com as normas ambientais, sanitárias e técnicas aplicáveis, promovendo boas práticas de sustentabilidade na execução dos serviços.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

13.5. Registra-se, por fim, que ainda não há, no âmbito da Câmara Municipal de Cubatão, Plano de Logística Sustentável, devendo tal documento ser elaborado pelas instâncias competentes, como concretização de ferramenta importante de gestão que indica práticas sustentáveis que devem ser observadas nas contratações e no próprio funcionamento de uma organização.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1. Considerando os estudos realizados, as informações constantes do DOD, a existência de previsão no PCA 2026, a disponibilidade de solução de mercado e a adequação técnica da contratação, considera-se a presente contratação **viável e necessária** ao atendimento das atividades administrativas e institucionais da Câmara Municipal de Cubatão.

14.2. Ademais, recomenda-se a adoção da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, por se tratar de serviços comuns de natureza continuada.

15. CONTRATAÇÕES PÚBLICAS CONSULTADAS COMO REFERÊNCIA

15.1. Foram consultadas diversas outras contratações públicas para a montagem desta, a saber:

15.1.1. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/22.²

15.1.2. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/20.³

15.1.3. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0014568-34.2024.4.06.8000).⁴

15.1.4. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2025.⁵

15.1.5. RECEITA FEDERAL DO BRASIL - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90017/2025.⁶

15.1.6. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2023.⁷

² <https://www4.tce.sp.gov.br/licitacao/tce-3622>

³ https://www4.tce.sp.gov.br/licitacao/licitacao/licitacoes_impressao/12095

⁴ <https://portal.trf6.jus.br/pregao-eletronico-90010-2025/>

⁵ pregao-eletronico-90010-2025-servicos-de-manutencao-preventiva-termo-de-referencia-sei-21751960.pdf

⁶ https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes/rfb/unidades-federativas-uf/sp/srrf08-uasg-170133/2025/pe-srrf08-no-90017-2025-uasg-170133-servicos-de-manutencao-preventiva-e-corretiva-de-ar-condicionado/edital-e-anexos.pdf?utm_source=chatgpt.com

⁷ <https://www.comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=%2Fedital-30001-5-00036-2023>



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

16. RESPONSÁVEIS

16.1. O presente ETP foi elaborado por Ramon da Silva Rocha, Assessor de Planejamento de Compras e Contratações, com base nas informações fornecidas pela unidade requisitante e em pesquisas realizadas sobre o objeto contratual e noutras contratações públicas semelhantes, de natureza opinativa, a ser analisado e ratificado pela autoridade competente.

Cubatão/SP, data da assinatura digital.

Ramon da Silva Rocha

Assessor de Planejamento de Compras e Contratações – matrícula 2630



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.013/2026

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Telefone:	
Responsável:	
CPF:	
Cargo na Empresa:	
E-mail do responsável:	

PROPOSTA DE PREÇOS

Apresentamos nossa proposta para a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização da Câmara Municipal de Cubatão, com elaboração, implantação e execução do PMOC, fornecimento de materiais de consumo, mão de obra, ferramentas e insumos necessários, relatórios mensais e 2 análises anuais de avaliação da qualidade do ar interior, nos termos previstos no Termo de Referência, cabendo à Administração o fornecimento das peças, acessórios e componentes destinados às manutenções corretivas**, conforme as especificações e condições estabelecidas no Edital e em seus anexos. (Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência).



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

SERVIÇOS CONTÍNUOS (PAGAMENTO MENSAL)

Prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização da Câmara Municipal de Cubatão, com elaboração, implantação e execução do PMOC, fornecimento de materiais de consumo, mão de obra, ferramentas e insumos necessários, relatórios mensais e 2 análises anuais de avaliação da qualidade do ar interior, nos termos previstos no Termo de Referência.

Item	Aparelho	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Aparelhos de ar-condicionado modelo Split, compostos por unidade evaporadora 42AFFCI09S5 e condensadora 38TFCI09S5, de capacidade 9.000 BTUs (Fabricante: Midea Springer)	Mensal	9	R\$ XX.XXX	R\$ XX.XXX
2	Aparelhos de ar-condicionado tipo Split, compostos por unidade evaporadora e unidade condensadora, modelo GWCN09DAND1A3A, com capacidade de 9.000 BTU/h (Fabricante: GREE)	Mensal	1	R\$ XX.XXX	R\$ XX.XXX
3	Aparelhos de ar-condicionado tipo Split, compostos por unidade evaporadora e unidade condensadora, modelo HYE-INV09BRW, com capacidade de 9.000 BTU/h (Fabricante: HYE)	Mensal	1	R\$ XX.XXX	R\$ XX.XXX
4	Aparelhos de ar-condicionado modelo Split, compostos por unidade evaporadora 42AFFCI12S5 e condensadora 38TFCI12S5, de capacidade 12.000 BTUs (Fabricante: Midea Springer)	Mensal	36	R\$ XX.XXX	R\$ XX.XXX



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

SERVIÇOS CONTÍNUOS (PAGAMENTO MENSAL)

Prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização da Câmara Municipal de Cubatão, com elaboração, implantação e execução do PMOC, fornecimento de materiais de consumo, mão de obra, ferramentas e insumos necessários, relatórios mensais e 2 análises anuais de avaliação da qualidade do ar interior, nos termos previstos no Termo de Referência.

Item	Aparelho	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
5	Aparelhos de ar-condicionado modelo Split, compostos por unidade evaporadora 42AFVCI12S5 e condensadora 38TVC12S5, de capacidade 12.000 BTUs (Fabricante: Midea Springer)	Mensal	3	R\$ XX.XXX	R\$ XX.XXX
6	Aparelhos de ar-condicionado tipo Split, compostos por unidade evaporadora e unidade condensadora, modelo GWCN12DBND1A3A, com capacidade de 12.000 BTU/h (Fabricante: GREE)	Mensal	1	R\$ XX.XXX	R\$ XX.XXX
7	Aparelhos de ar-condicionado modelo Split, compostos por unidade evaporadora 42AFFCI18S5 e condensadora 38TFCI18S5, de capacidade 18.000 BTUs (Fabricante: Midea Springer)	Mensal	26	R\$ XX.XXX	R\$ XX.XXX
8	Aparelhos de ar-condicionado modelo Split, compostos por unidade evaporadora 42AFFCI22S5 e condensadora 38TFCI22S5, de capacidade 22.000 BTUs (Fabricante: Midea Springer)	Mensal	9	R\$ XX.XXX	R\$ XX.XXX



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

SERVIÇOS CONTÍNUOS (PAGAMENTO MENSAL)

Prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização da Câmara Municipal de Cubatão, com elaboração, implantação e execução do PMOC, fornecimento de materiais de consumo, mão de obra, ferramentas e insumos necessários, relatórios mensais e 2 análises anuais de avaliação da qualidade do ar interior, nos termos previstos no Termo de Referência.

Item	Aparelho	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
9	Aparelhos de ar-condicionado modelo Split, compostos por unidade evaporadora 42EZVCA24M5 e condensadora 38EZVCA24M5, de capacidade 24.000 BTUs (Fabricante: Midea Springer)	Mensal	6	R\$ XX.XXX	R\$ XX.XXX
10	Aparelhos de ar-condicionado modelo Cassete, compostos por unidade evaporadora 40KVQD24M5 e condensadora 38TVCD24515MM, de capacidade 24.000 BTUs (Fabricante: Midea Carrier)	Mensal	2	R\$ XX.XXX	R\$ XX.XXX
11	Aparelhos de ar-condicionado modelo Cassete, compostos por unidade evaporadora 40KVQE36M5 e condensadora 38CCVE36515MM, de capacidade 36.000 BTUs (Fabricante: Midea Carrier)	Mensal	3	R\$ XX.XXX	R\$ XX.XXX
12	Aparelhos de ar-condicionado Splitão modelo 40MSE120236VH, de capacidade 10 TR (Fabricante: Carrier)	Mensal	2	R\$ XX.XXX	R\$ XX.XXX



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

SERVIÇOS CONTÍNUOS (PAGAMENTO MENSAL)

Prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização da Câmara Municipal de Cubatão, com elaboração, implantação e execução do PMOC, fornecimento de materiais de consumo, mão de obra, ferramentas e insumos necessários, relatórios mensais e 2 análises anuais de avaliação da qualidade do ar interior, nos termos previstos no Termo de Referência.

Item	Aparelho	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
13	Aparelhos de ar-condicionado Splitão modelo 40MSE240236VH, de capacidade 20 TR (Fabricante: Carrier)	Mensal	2	R\$ XX.XXX	R\$ XX.XXX
VALOR TOTAL MENSAL					R\$ XX.XXX
VALOR TOTAL PARA O CONTRATO (12 MESES)					R\$ XX.XXX

OBSERVAÇÃO: Os valores apresentados nesta proposta referem-se exclusivamente à parcela fixa mensal da contratação, abrangendo manutenção contínua, PMOC, relatórios e 2 análises anuais de qualidade do ar interior, não incluindo peças, acessórios e componentes destinados às manutenções corretivas, cujo fornecimento caberá à Administração, na forma prevista no Edital e no Termo de Referência.

Ao apresentar esta proposta, a licitante DECLARA que:

A presente proposta é válida por, no mínimo, **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

Os preços ofertados incluem todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento integral do objeto, tais como mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes, seguros, licenças e qualquer outra despesa incidente.

Conhece e aceita integralmente todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos (Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência), e que a execução dos serviços se dará em estrita conformidade com o neles estipulado.

Para os fins de eventual fruição do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, declaramos, sob as penas da lei, que nos enquadrados como Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos da legislação aplicável, e que não incorremos em nenhuma das vedações legais ao usufruto desses benefícios.

(Cidade), (dia) de (mês) de 2026.

(Nome, CPF e assinatura do representante legal)



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90.013/2026

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU DE RENÚNCIA DE VISTORIA

A empresa (razão social completa), inscrita no CNPJ/MF sob o n. (xxxxxxxxx), sediada na (endereço completo), telefone (xxxxxx), e-mail (xxxxxx), por intermédio de seu representante legal, Sr(a). (nome completo), portador(a) do (documento de identidade oficial), abaixo assinado, **DECLARA**, em cumprimento ao disposto no item 7.10. do Edital do Pregão Eletrônico n. XX/2026, que **REALIZOU VISTORIA** e que conhece as condições locais para execução do objeto, tendo pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e não utilizará como argumento para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Câmara Municipal de Cubatão.

(Cidade), (dia) de (mês) de 2026.

(Nome, CPF e assinatura do representante legal)

OU

A empresa (razão social completa), inscrita no CNPJ/MF sob o n. (xxxxxxxxx), sediada na (endereço completo), telefone (xxxxxx), e-mail (xxxxxx), por intermédio de seu representante legal, Sr(a). (nome completo), portador(a) do (documento de identidade oficial), abaixo assinado, **DECLARA**, em cumprimento ao disposto no item 7.10. do Edital do Pregão Eletrônico n. XX/2026, que **RENUNCIOU AO DIREITO DE REALIZAR VISTORIA** e que conhece as condições locais para execução do objeto, tendo pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e não utilizará como argumento para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Câmara Municipal de Cubatão.

(Cidade), (dia) de (mês) de 2026.

(Nome, CPF e assinatura do representante legal)



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.013/2026

ANEXO V – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato nº _____

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO E A EMPRESA.....

Pelo presente instrumento, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO**, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, com sede na Praça dos Emancipadores s/n, Centro, Cubatão/SP, CEP 11.510-039, inscrita no CNPJ sob o nº 51.642.635/0001-23, neste ato representada por seu Presidente, Sr....., RG nº....., CPF nº....., e de outro lado a empresa, com sede na Av/Rua, nº, bairro, município, inscrita no CNPJ sob o nº....., neste ato representada pelo Sr....., RG nº, CPF nº, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo de Compra n. 16/2026** e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº ____/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização da Câmara Municipal de Cubatão, com elaboração, implantação e execução do PMOC, fornecimento de materiais de consumo, mão de obra, ferramentas e insumos necessários, relatórios mensais e 2 (duas) análises anuais de avaliação da qualidade do ar interior, cabendo à CONTRATANTE o fornecimento das peças, acessórios e componentes destinados às manutenções corretivas, nos termos previstos no Termo de Referência**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos..

1.2. Objeto da contratação:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ar-condicionado da Câmara Municipal de Cubatão, com PMOC e análises da qualidade do ar interior.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	CATSER sugerido	Valor unitário	Valor total
1	SERVIÇOS CONTÍNUOS (PAGAMENTO MENSAL) Prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização da Câmara Municipal de Cubatão, com elaboração, implantação e execução do PMOC, fornecimento de materiais de consumo, mão de obra, ferramentas e insumos necessários, relatórios mensais e 2 análises anuais de avaliação da qualidade do ar interior, nos termos previstos no Termo de Referência.	Mensal	12	2771	R\$ XX.XXX	R\$ XX.XXX
VALOR TOTAL						R\$ XX.XXX

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta da CONTRATADA;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da publicação do extrato da contratação no Diário Oficial do Município de Cubatão, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se a CONTRATADA ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor da parcela fixa da contratação é de **R\$ [valor mensal da proposta]** por mês, perfazendo o montante de **R\$ [valor anual da proposta]** para o período de 12 (doze) meses, correspondente à prestação dos serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva ordinária dos sistemas de climatização, com elaboração, implantação e execução do PMOC, fornecimento de mão de obra, materiais de consumo, ferramentas e insumos necessários, relatórios mensais e 2 (duas) análises anuais de avaliação da qualidade do ar interior..

5.2. Nos valores referidos nos itens anteriores estão incluídos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, inclusive tributos, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxa de administração, frete, seguro, deslocamento, ferramentas, EPs, insumos e demais despesas necessárias ao cumprimento integral da parcela fixa da contratação.

5.3. A parcela fixa mensal será paga conforme a efetiva prestação dos serviços continuados, nos termos deste contrato e do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da CONTRATANTE:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
 - 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA;
 - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA;
 - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.1.8.5. demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.
- 8.1.9. Cientificar a Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Cubatão para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.11. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.1.12. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento;

8.1.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.14. Comunicar a CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pela CONTRATANTE, no caso do art. 93, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.1.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e do Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor deste contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal deste Contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

deste Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto deste Contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal deste Contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução deste Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal deste Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, pela CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os empregados a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Não contratar, durante a vigência deste Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 9.26. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução deste Contrato;
- 9.27. Assegurar aos seus empregados ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.28. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.29. Garantir o acesso da CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução deste Contrato;
- 9.30. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

9.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas por este Contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.33. Cumprir as obrigações previstas no Termo de Referência, sobretudo as de natureza técnica;

9.34. Efetuar comunicação à CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

9.35. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

9.36. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

9.37. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.38. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

9.39. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;

9.40. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

9.41. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

9.42. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.44. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto Federal nº 5.975/2006, de:

9.44.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.44.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.44.3. florestas plantadas; e

9.44.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.45. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil,



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

9.46. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.46.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.46.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

9.47. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia;

9.48. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

10.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

13.7. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

13.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de aprendizagem.

13.9. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

13.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

13.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

13.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, fica a CONTRATADA obrigada a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las à CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido à CONTRATADA.

13.11. A CONTRATANTE poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria Legislativa da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Cubatão deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

Dotação Orçamentária Funcional Programática 01.01.02.01.031.0001.2002;

Elemento 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica

Subelemento 17

Unidade Gestora/Gestão: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL

Fonte de recursos: Tesouro

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da mesma lei, e ao art. 8º, § 2º, da Lei Federal nº 12.527/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cubatão/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cubatão/SP, data da última assinatura digital.

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

Testemunhas:

1 –

2 –



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____ CONTRATADO: _____ CONTRATO Nº (DE ORIGEM):
_____ OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: ____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: ____

Assinatura: ____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: ____

Assinatura: ____

Pela contratada:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: ____

Assinatura: ____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: ____

Assinatura: ____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _

Cargo: _

CPF: ____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _

CPF: ____

Assinatura: ____

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo e assinatura)